GRUPO MODELO CONTINENTE

CONTAS CONSOLIDADAS
IAS/IFRS

Dezembro de 2005

MODELO CONTINENTE, SGPS, SA
" sociedade com o capital aberto ao investimento do público "
SEDE: R. João Mendonça, 529 - 4464-501 SENHORA DA HORA
Matriculada na Conservatória Registo Comercial do Porto e NIF nº 501 532 927
Capital Social 1.100.000.000 Euros

DIRECÇÃO FINANCEIRA

Relatório de Gestão da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.[1]

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos aos Senhores Accionistas o Relatório Único relativo à actividade da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. ao longo do exercício de 2005.

Nota prévia

A Modelo Continente, SGPS, S.A. alienou no passado dia 13 de Dezembro de 2005 a totalidade da sua participação na sociedade de direito brasileiro Sonae Distribuição Brasil, S.A., cessando assim a sua actividade de retalho naquele país. Já em meados do ano a Modelo Continente tinha concretizado a venda de um conjunto de 10 hipermercados na área metropolitana de São Paulo. Como tal, a leitura dos agregados contabilísticos consolidados surge prejudicada, não se prestando desde logo a comparações com o ano anterior. No entanto, nas componentes do presente relatório que se reportem à actividade realizada no decurso de 2005 far-se-á menção à actividade conjunta da Modelo Continente em ambos os mercados, ressalvando-se em capítulos específicos a realidade presente de actuação da Modelo Continente.

Enquadramento macroeconómico e de mercado

Ao longo de 2005 a economia mundial evoluiu a um ritmo muito positivo, tendo apresentado um crescimento real de cerca de 4% suportado no desempenho das economias norte americana (+3,5%), chinesa (+9,0%) e japonesa (+2,4%). Num tom dissonante, o grupo dos países que compõem a Área do Euro verificou no seu conjunto uma dinâmica muito inferior, tendo crescido cerca de 1,5% em termos reais homólogos.

Em Portugal, o Produto Interno Bruto registou um crescimento real ainda mais fraco, e muito próximo de 0%. Este desempenho é inferior ao verificado no ano anterior e, pela 4.ª vez consecutiva, inferior à média dos restantes países da União Europeia.

Ao longo do ano acentuou-se a tendência de estagnação do quadro económico do país, penalizado não só pelo agravamento do preço do petróleo e pela forte concorrência das

1 Este documento deve ser lido em complemento e em conjugação com o Relatório do Governo da Sociedade, na medida em que existem temas que foram abordados no corpo do referido relatório por forma a evitar a duplicação de prestação de informação.

exportações dos mercados asiáticos, como pelas debilidades estruturais com que o país se debate ao nível da consolidação orçamental das contas públicas e da necessidade de relançamento da competitividade nacional.

Neste quadro, todas as componentes do produto interno apresentaram ritmos de evolução real inferiores aos de 2004, tendo mesmo o agregado de investimento privado nacional revelado uma redução real superior a 3%.

No Brasil, a economia cresceu a um ritmo de 3,2%. Esta evolução foi menor do que a do ano anterior por via do abrandamento da procura interna, mantendo-se o motor da economia muito assente no desempenho do sector exportador. Este comportamento foi acompanhado pela contenção da taxa de inflação. No entanto, a taxa de juro de referência do país manteve-se num valor médio de 19%, impondo desta forma um forte ónus sobre investidores e consumidores. Adicionalmente, o país conheceu um novo escândalo na classe política, o qual implicou uma maior volatilidade nos mercados de capitais internacionais e o deteriorar das perspectivas de desenvolvimento para o futuro próximo.

Em ambos os países, o nível de pressão competitiva no sector de retalho acentuou-se ao longo do ano, seja pelo crescimento significativo da oferta instalada, seja pelo fraco dinamismo económico e reduzidas expectativas de melhoria da situação no curto prazo.

Em Portugal, e no que respeita aos formatos que compõem o universo alimentar de Unidades Comerciais de Dimensão Relevante, foram inaugurados ao longo de 2005 mais de 90.000 novos m2 de área de venda, a que corresponde um crescimento de aproximadamente 6% da base de oferta instalada. O retalho de base não alimentar registou igualmente um forte desenvolvimento, associado quer à abertura de novos centros comerciais quer à instalação de novas superfícies especializadas numa base “stand-alone”. Considerando o mercado português na sua globalidade, verificamos que o aumento da oferta superou uma vez mais o crescimento nominal da procura.

No Brasil, o mercado de retalho alimentar continuou a apresentar um ritmo de crescimento em linha com a taxa de inflação do país. Esta evolução agregada das vendas encontra-se estreitamente ligada ao fraco dinamismo do consumo privado e revela a pressão no orçamento das famílias derivada das elevadas taxas de juro. Neste contexto, e apesar dos principais operadores de mercado terem começado a demonstrar intenção de reforçar os investimentos no país, este intento não se traduziu efectivamente num acréscimo da intensidade de abertura de novos metros quadrados ao longo do ano - o que demonstra bem a insegurança com que é perspectivado o cenário de desenvolvimento do Brasil.

Enquadramento estratégico

Os últimos anos têm sido de fortes exigências e desafios, mas igualmente de importantes realizações para a Modelo Continente.

- Portugal

Em Portugal, o período mais recente tem sido caracterizado por um forte abrandamento da actividade económica do país, a qual tem vindo a acumular importantes diferenciais negativos de crescimento em relação à área Euro. Este abrandamento tem sido igualmente acompanhado por uma alteração do perfil de compra do consumidor nacional, cujo comportamento responde a critérios de simplicidade, clareza e "value-for-money", e cuja estrutura de despesa se aproxima de forma crescente à média europeia.

Estas alterações foram produzindo consequências importantes para o sector de retalho. Se o consumidor privilegiou anteriormente os grandes formatos generalistas onde se aliava variedade com preços muito baixos, hoje exige diferentes soluções, impondo uma renovação constante aos grandes conceitos alimentares em termos de aprofundamento da tendência de multi-especialista e melhoria dos níveis de serviço.

Respondendo a este desafio, a Modelo Continente concretizou em 2005 alterações importantes ao nível do seu formato de hipermercados, renovando a imagem Continente e apresentando

uma nova geração de lojas – a 3ª do seu historial – com os hipermercados de Antas, Loures e Covilhã. O Continente rejuvenesceu a sua proposta inicial (introduzindo várias inovações ao nível do aparelho físico e das gamas de produtos) e adaptou os níveis de serviço aos requisitos do ritmo de vida actual, de acordo com as consultas efectuadas aos consumidores e às equipas de loja.

Reforçando o seu pioneirismo e empreendedorismo, e no decurso do novo enquadramento legal que consagrou a liberalização da venda de medicamentos não sujeitos a prescrição médica, a Modelo Continente antecipou-se aos restantes concorrentes e inaugurou o primeiro espaço dedicado à venda destes artigos integrado no novo hipermercado de Loures.

Apesar desta tendência de sofisticação, o factor preço manteve-se como basilar na definição da proposta de valor dos formatos da Modelo Continente, assumindo-se a política de pricing agressiva como condição necessária, ainda que não suficiente, para a sustentabilidade dos modelos de negócio. Corporizando esta orientação, a Modelo Continente desenvolveu um conjunto alargado de marcas exclusivas, posicionadas pelas diferentes categorias como os melhores preços de mercado, e programou um plano promocional agressivo e de forte notoriedade.

Simultaneamente, no topo das prioridades estratégicas da Modelo Continente permaneceu o objectivo de desenvolvimento sinérgico de vários formatos de retalho especializado. Estas cadeias trabalham conjuntos coerentes de produtos de forma muito mais aprofundada do que é permitido numa grande superfície generalista, associando-lhe uma exposição, um nível de serviço e um grau de conhecimento muito mais específico. Os referenciais comerciais e de rendibilidade alcançados autorizam a Modelo Continente a confiar nas competências que detém já nesta área, permitindo igualmente estudar o alargamento dos negócios actuais para novas geografias de actuação e o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

Simultaneamente, o quadro regulamentar do sector sofreu alterações, tendo o novo regime de licenciamento comercial possibilitado o retomar dos processos de abertura de novas lojas. Atendendo a que o sector esteve condicionado por via administrativa por um período de cerca de 3 anos, o que se tem vindo a verificar é que num lapso de tempo relativamente curto se vão

concretizando muitas das oportunidades de expansão identificadas anteriormente por cada operador.

Tal implicou um aumento próximo de 10% da área de venda global do mercado ao longo dos últimos 24 meses, existindo hoje um leque muito mais alargado de tipologias comerciais.

Dando seguimento à sua ambição de liderança, a Modelo Continente manteve-se particularmente activa neste campo, tendo obtido até à data licenças correspondentes a mais de 100.000 novos m2 de área de venda. No seu conjunto este reforço implica um crescimento potencial de 20% da área de venda actual da Modelo Continente em Portugal, e permitirá a consolidação da sua posição cimeira no seio do sector de retalho em Portugal.

- Brasil

Em meados do mês de Dezembro, a Modelo Continente celebrou com o grupo Wal-Mart um contrato de alienação da totalidade da sua participação na sociedade Sonae Distribuição Brasil, S.A.. A empresa explorava à data 140 lojas localizadas nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e S. Paulo com 370 milhares de metros quadrados de área de venda e um volume de vendas líquidas de aproximadamente 3,1 mil milhões de Reais (cerca de 1,2 mil milhões de Euros, à taxa de câmbio da data da operação). Já em meados do ano, a empresa tinha vendido um conjunto de 10 hipermercados na área metropolitana de São Paulo.

A Modelo Continente cessou desta feita qualquer actividade de retalho naquele país, numa decisão baseada na percepção de que, com elevadíssima probabilidade, a operação não apresentaria níveis de rendibilidade compatíveis com o respectivo custo de oportunidade.

Do ponto de vista da Modelo Continente, o ultrapassar desta situação exigia uma participação activa no processo de consolidação do sector de retalho brasileiro. Tal como constantemente argumentado pela Modelo Continente e demais operadores de referência do mercado, os operadores independentes locais mantêm uma forte vantagem no que diz respeito à componente fiscal e demais questões reguladoras e legais, dada a relevância da chamada economia informal. Assim sendo, a Modelo Continente necessitava de alcançar uma dimensão

muito mais significativa de forma a usufruir de economias de escala suficientes para colmatar esta desvantagem relativa e potenciar um retorno atractivo do investimento. Para atingir tal escala, necessitava de continuar a investir fortemente num país que mantém uma das taxas de juro mais elevadas do panorama mundial e apresenta uma forte volatilidade política e social – o que implica um risco elevado e um referencial de custo de capital proibitivo.

Análise da actividade consolidada do ano

O volume de vendas brutas consolidado da Modelo Continente (incluindo as operações do Brasil, classificadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro como operações descontinuadas) totalizou 4.506 milhões de euros em 2005.

A actividade no mercado português representou 3.115 milhões de Euros, a que corresponde um crescimento de 5%. No segmento de base alimentar as vendas brutas atingiram 2.344 milhões de Euros, variando 3%. Esta evolução resulta de um forte incremento de volumes, que mais do que compensou a redução generalizada de preços praticados. O portfólio de lojas de retalho especializado contribuiu para as vendas brutas globais da Modelo Continente com 771 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 13%. Esta progressão beneficiou do forte plano de expansão das insígnias, que contemplou um acréscimo global de 30% da área de venda (com a abertura de cerca de 60 novas lojas) ao longo dos últimos 2 anos.

A operação no Brasil contribuiu com 1.391 milhões de Euros. Este valor não é directamente comparável com o ano anterior, na medida em que apenas diz respeito a 11 meses de actividade da Modelo Continente naquele mercado, reflectindo ainda a alienação de 10 lojas ocorrida em meados do ano.

O cash-flow operacional consolidado no mesmo período atingiu 289 milhões de Euros, ou seja, 7,5% das vendas líquidas. No comparativo com o ano anterior este agregado verificou um crescimento de 4% correspondente a 10 milhões de Euros. O contributo de Portugal foi de 235 milhões de Euros (8,6% sobre as vendas líquidas), aumentando 2 milhões face a 2004. Deste

total, 196 milhões de Euros dizem respeito ao conjunto de formatos de base alimentar. Este valor assume 9,4% das respectivas vendas líquidas e situa-se 0,3 p.p. abaixo do referencial de 2004 devido ao forte investimento promocional realizado para reforço da posição de liderança das insígnias, e ao acréscimo relativo de custos resultante do volume muito superior de mercadorias movimentadas. Simultaneamente, a diminuição do referencial de rendibilidade sobre vendas da Modelo Continente reflecte, transitoriamente, o elevado peso de lojas muito recentes, que apresentam no seu ciclo de maturidade perfis de exploração corrente mais desfavoráveis nos primeiros meses de actividade. Num ano de importantes aberturas de lojas de concorrentes e de fraco dinamismo do consumo, o conjunto de formatos de retalho especializado da Modelo Continente em Portugal apresentou um cash-flow operacional de 38 milhões de Euros. Este valor corresponde a um aumento de 2 milhões de Euros face a 2004, e representa 6,0% das respectivas vendas líquidas.

A operação no Brasil contribuiu para o cash-flow operacional consolidado da Modelo Continente com 55 milhões de Euros, representando um rácio sobre vendas líquidas de 4,8%. Também a este nível as comparações se encontram prejudicadas, na medida em que o valor integra, nomeadamente, o impacto resultante da venda de 10 lojas situadas em São Paulo.

Os resultados líquidos consolidados do exercício totalizaram 215 milhões de Euros, aumentando 94 milhões relativamente ao exercício precedente. Esta variação considera um montante de 89 milhões de Euros resultante da venda das operações no Brasil, que contempla a transferência para resultados das reservas de conversão cambial positivas geradas por aquelas operações, já incorporadas nos capitais próprios da Modelo Continente em Setembro do mesmo ano.

Investimento e estrutura de capitais

O programa de expansão e reformulação do parque de lojas manteve-se ao longo de 2005 como prioritário, tendo sido inauguradas 55 novas lojas e efectuadas mais de 30 intervenções

em Portugal. Neste ano, foram acrescentados mais de 62.000 m2 de área de venda ao conjunto de lojas da Modelo Continente neste país, o que representa um reforço de 14% face a 2004.

- Na área alimentar, a Modelo Continente passou a contar com 3 novos hipermercados Continente (Antas, Loures e Covilhã – que resultou da reconversão de uma anterior unidade Modelo), 5 hipermercados Modelo e um supermercado Modelo Bonjour.
- O portfólio de lojas do universo de base não alimentar foi igualmente reforçado com 47 novas lojas, incluindo 11 Worten, 6 Modalfa, 11 Sportzone, 4 Maxmat, 8 Vobis e 7 Zippy. No ano, a Modelo Continente desenvolveu igualmente um novo conceito de negócio, tendo passado a apresentar aos clientes um espaço saúde individualizado no hipermercado de Loures, ao abrigo da nova lei que estipula a liberalização da venda de medicamentos não sujeitos a receita médica.

Ainda neste campo, a Modelo Continente prosseguiu com o desenvolvimento de novos projectos que lhe assegurarão o alargamento da base de lojas no futuro próximo. Relembramos que, até à data, a Modelo Continente obteve licenças correspondentes a mais de 100.000 novos m2 de área de venda. Este reforço implica um crescimento potencial de 20% da área de venda actual, e permitirá a consolidação da sua posição cimeira no sector de retalho em Portugal.

Adicionalmente, a Modelo Continente concretizou um investimento de 175 milhões de Euros associado à compra de Unidades de Participação em Fundos Imobiliários que detêm, na sua quase totalidade, activos imobiliários associados à exploração da actividade de retalho em Portugal.

Após a consideração da totalidade destas intervenções, o investimento global da Modelo Continente totalizou aproximadamente 360 milhões de Euros em 2005. Apesar do forte investimento realizado, a 31 de Dezembro o endividamento líquido da Modelo Continente situou-se em 196 milhões de Euros. Este é um valor invulgarmente baixo, e resulta do impacto da alienação da actividade de retalho no Brasil.

Perspectivas

Terminada a presença da Modelo Continente no sector de retalho no Brasil, a sua actividade centrar-se-á ao longo de 2006 em Portugal, tanto no universo de base alimentar como no não alimentar.

Neste mercado, os objectivos da Modelo Continente passam pela consolidação da sua quota no sector de base alimentar, através da cobertura de mercados regionais com potencial por explorar. Neste sentido, a Modelo Continente prosseguirá uma estratégia de rápida abertura de novas lojas e requalificação do parque físico actual, devendo para tal manter um elevado ritmo de investimento. Assim, o plano de intervenções da Modelo Continente contempla em 2006 a abertura de 12 unidades Modelo, bem como a remodelação de mais de 30 lojas do parque actual.

Na expectativa de manutenção da agressividade concorrencial do mercado, a Modelo Continente tem igualmente perspectivado um conjunto de acções que lhe permitirão sustentar a competitividade e destaque do seu conjunto de lojas alimentares. Neste particular, serão prosseguidas orientações específicas tendentes a promover uma maior eficiência promocional, a tirar partido do aumento de escala de operação alcançado com o acelerado processo de expansão em curso e a potenciar o reconhecimento alcançado ao nível da gama de marcas próprias e primeiros preços.

Ressalta igualmente todo o trabalho a implementar em termos de programas de eficiência operacional, os quais permitirão um controlo de custos mais efectivo e, consequentemente, a concretização de ganhos de produtividade.

No que respeita ao conjunto de formatos de base não alimentar, as perspectivas apontam para a manutenção do ritmo de crescimento acelerado das diferentes insígnias. O programa de expansão contempla para 2006 cerca de 40 novas unidades, quer estejam localizadas em galerias comerciais Modelo quer estejam presentes em novos centros comerciais de grandes dimensões. Tal permitirá a cada um dos negócios criar vantagens competitivas diferenciadoras

no mercado específico onde actua, com base na implantação de uma escala logística mais eficiente e na capacidade de diluição de custos fixos de operação.

Ainda neste campo, as equipas manter-se-ão dedicadas ao reforço dos níveis de eficiência e rendibilidade dos negócios, no decurso do trabalho de aprofundamento das competências técnicas e do nível de serviço da operação, bem como de desenvolvimento do conhecimento do consumidor e reforço da comunicação junto dos mesmos.

Paralelamente, serão aprofundados os estudos de suporte à possibilidade de alargamento dos negócios actuais para novas geografias de actuação, bem como ao desenvolvimento de novas áreas de negócio.

Proposta de Aplicação de Resultados da empresa Modelo Continente, SGPS, SA

O resultado líquido negativo do exercício da empresa Modelo Continente, SGPS, SA, a título individual, foi de 227.707.550,15 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a sua integração na rubrica de Resultados Transitados.

Propõe-se também a distribuição de 55.000.000,00 Euros, a titulo de dividendos, correspondendo a atribuição de 0,05 Euros, a cada uma das 1.100.000.000 de acções representativas do capital social, mediante a utilização de Reservas Livres.

Mais se propõe, a cobertura integral dos Resultados Transitados, com a utilização de Reservas Livres, no montante de 232.071.711,65 Euros.

Agradecimentos

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e accionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma

palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Modelo Continente pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 27 de Fevereiro de 2006

O Conselho de Administração

Glossário

- Vendas brutas: Valor de todas as transacções de frente de caixa do parque de lojas da empresa + Vendas a empresas não incluídas no perímetro de consolidação da Modelo Continente SGPS, S.A.
- Vendas líquidas: Valor das vendas brutas, deduzido dos impostos directamente relacionados (ex: IVA em Portugal)
- Cash-flow operacional (EBITDA): Resultado operacional – Amortizações e Depreciações – Provisões – Perdas de imparidade + Reversão de perdas de imparidade, com a excepção das Perdas de imparidade e Reversão de perdas de imparidade relativas a clientes e fornecedores, dado o seu carácter operacional e recorrente.
- Resultado operacional (EBIT): Resultado consolidado – Imposto sobre o rendimento – Resultados relativos a investimentos – Resultados relativos a empresas associadas – Resultados financeiros
- Investimento: Aumento do imobilizado bruto corpóreo
- Endividamento líquido: Empréstimos bancários + Empréstimos obrigacionistas + Outros Empréstimos + Descobertos bancários + Instrumentos financeiros derivados + Credores por locações financeiras – Caixa e equivalentes de caixa – Investimentos correntes detidos para negociação

Relatório sobre o Governo da Sociedade

Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.
31 de Dezembro de 2005

O presente anexo contém uma breve descrição das práticas da Modelo Continente, SGPS, SA sobre o Governo da Sociedade ("Corporate Governance") e foi elaborado para cumprimento do disposto no Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro de 2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003 de 19 de Novembro de 2003 e pelo Regulamento nº10/2005 de 3 de Novembro de 2005.
Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão único deve ser lido em complemento e em conjugação com esse documento, para o qual contem remissões sempre que for considerado mais adequado descrever o assunto no corpo do relatório de gestão, evitando assim a duplicação de informação.

Nota prévia
A Modelo Continente, SGPS, SA alienou no passado dia 13 de Dezembro de 2005 a totalidade da sua participação na sociedade de direito brasileiro Sonae Distribuição Brasil, SA, cessando assim a sua actividade de retalho naquele país. Já em meados do ano a empresa tinha concretizado a venda de um conjunto de 10 hipermercados na área metropolitana de São Paulo. Como tal, a leitura dos agregados contabilísticos consolidados surge prejudicada, não se prestando desde logo a comparações com o ano anterior. No entanto, nas componentes do presente relatório que se reportem à actividade realizada no decurso de 2005 far-se-á menção à actividade conjunta da empresa em ambos os mercados, ressalvando-se em capítulos específicos a realidade presente de actuação da Modelo Continente.

Capítulo 0 - Declaração de cumprimento

A adopção das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre governo das sociedades está expressa no corpo deste relatório em cada um dos capítulos em que está organizado.

Capítulo 1 - Divulgação de informação

1.1 Repartição de competências no quadro do processo de decisão empresarial

A 31 de Dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA era composto por sete membros, tal como se pode apreciar na listagem anexa.

Conselho de Administração (31 de Dezembro de 2005)

- Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente)
- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão (CEO)

- Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CFO)
- Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo
- Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura
- Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis
- Dr. José Manuel Alves Elias da Costa

Posteriormente, renunciaram aos respectivos cargos que ocupavam no Conselho de Administração o Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo e o Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis. Os membros do Conselho de Administração têm funções de coordenação e de gestão das funções de soberania (direcções funcionais), funcionando colegialmente.

Ao longo de 2005, o organigrama funcional da sociedade assumiu a seguinte estrutura:

Conselho de Administração

Direcções funcionais	
Portugal	**Brasil**
Operações	Operações
Comerciais	Comerciais
Logística	Logística
Procurement	Procurement
Desenvolvimento loja	Desenvolvimento loja
Marketing	Marketing
Recursos Humanos	Recursos Humanos
Sistemas de Informação	Sistemas de Informação
Financeira	Financeira
Planeamento e Controlo de Gestão	Planeamento e Controlo de Gestão
Auditoria e Controlo de Risco	Auditoria e Controlo de Risco
Assessoria Legal	Assessoria Legal
Ambiente	Ambiente
Quebra	Quebra

A empresa conta igualmente com uma Comissão de Vencimentos, tal como descrito no ponto 1.8., não integrando qualquer outra Comissão com competências em matéria de gestão.

1.2 Controlo de risco

Sendo parte da Cultura da Empresa, a gestão de risco está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores da empresa. No âmbito da Modelo Continente esta actividade é desenvolvida com o objectivo de criar valor para a empresa, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar a continuidade das operações e o aproveitamento de oportunidades de negócio.

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento com o propósito de identificar, avaliar e gerir as incertezas que a empresa enfrenta na prossecução dos objectivos de negócio e de criação de valor, a gestão de risco está presente em todo o ciclo do processo de planeamento.

- No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfolio dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses mesmos riscos.
- No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitoradas no âmbito dos planos e operações diárias das diferentes unidades de negócio e unidades funcionais.
- Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente nos grandes projectos de mudança da organização e na elaboração dos planos de contingência e de recuperação dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas.
- No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas (riscos "técnico-operacionais") são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis. A gestão dos riscos financeiros é efectuada no âmbito da actividade das funções financeiras da empresa, cuja actividade é naturalmente coordenada ao nível do Conselho de Administração.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática que compreende nomeadamente o seguinte:

- Identificação e sistematização dos riscos que afectam a organização (linguagem comum): definição e agrupamento dos riscos (dicionário e matriz de riscos);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos em função do impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias (opções) de gestão de risco;
- Desenvolvimento de um plano de acções de gestão de risco e integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Empresa;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de acções.

Sendo responsabilidade de todos os gestores e colaboradores da empresa nos diferentes níveis da organização, a actividade de gestão de risco é apoiada e suportada de forma mais directa pelas funções de Auditoria e Gestão de Risco e Planeamento e Controlo de Gestão. Ao longo de 2005 esta actividade foi desenvolvida de forma independente ao nível de estrutura de suporte das operações da empresa em Portugal e no Brasil, com reporte directo ao Conselho de Administração.

A função de Auditoria e Gestão de Risco tem por missão ajudar a empresa a atingir os seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e estruturada de desenvolvimento e avaliação

da eficácia da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação.

- A função de Gestão de Risco promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de gestão de risco.
- A função de Auditoria Interna identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos da organização. O plano anual de Auditoria Interna compreende as auditorias dos processos críticos de negócio, auditorias de conformidade, auditorias financeiras e auditorias de sistemas de informação.
- Os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela Auditoria Externa.
- A função de Planeamento e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo da Modelo Continente.

1.3 Evolução da cotação das acções

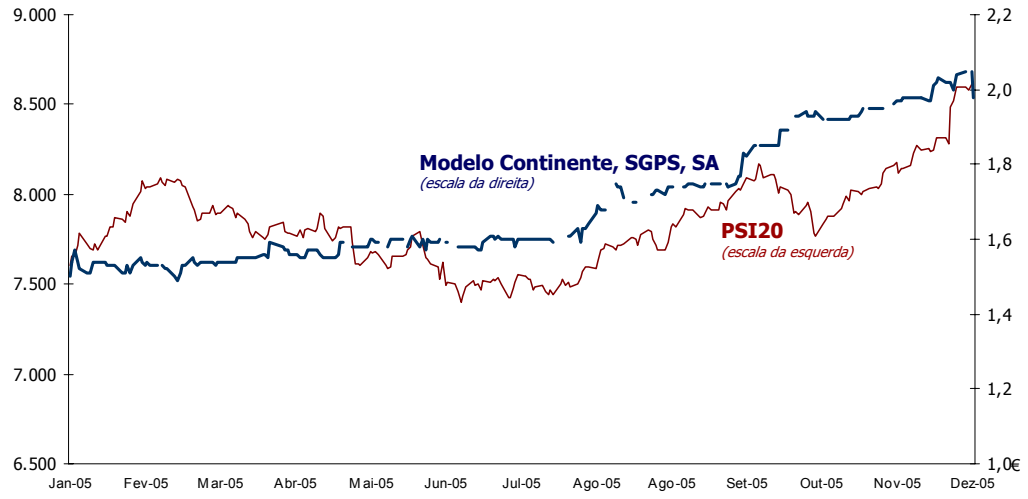
Os títulos representativos do capital social da Modelo Continente, SGPS, SA encontram-se admitidos à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa. As suas principais características técnicas encontram-se sintetizadas em anexo:

Denominação:	Modelo Continente, SGPS, SA
Capital social:	1.100.000.000 Euros
Valor nominal das acções:	1€
Nº de acções:	1.100.000.000
Negociação das acções:	Euronext Lisbon
ISIN/Código Euronext:	PTMOC0AE0007
Reuters:	MDCT.IN1
Bloomberg :	MCON PL
Código central:	MOCAE

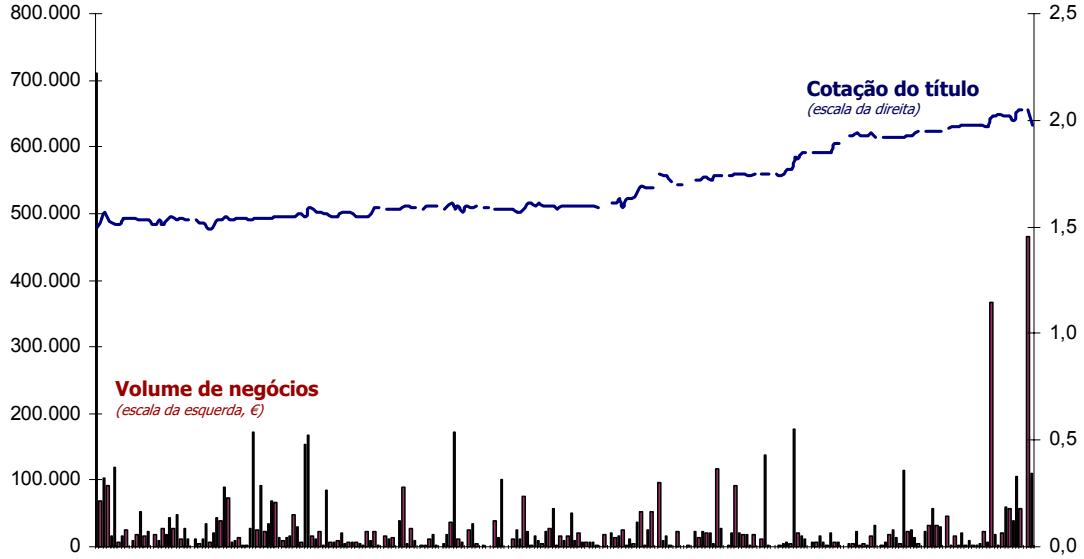
A cotação dos títulos da empresa ascendia no início do ano a 1,50€ por acção, tendo terminado o exercício de 2005 com um registo de 1,98€ por acção. O valor médio anual ascendeu a 1,69€ por acção. O valor máximo do ano foi de 2,05€ por acção e foi alcançado nas últimas sessões do ano. O dia 15 de Fevereiro conheceu o valor mínimo, o qual se cifrou em 1,49€ por acção.
Quando comparadas as cotações médias de 2004 com as de 2005 verificamos que o título observou uma apreciação de 16%. Para este mesmo período, o índice representativo da capitalização bolsista do mercado português registou uma valorização média de 7%. O confronto pontual das cotações das últimas sessões de cada ano traduz uma valorização de 36% da cotação do título.

O comportamento do título ao longo de 2005 encontra-se descrito no gráfico apresentado de seguida, quer em termos de desempenho individual quer em termos de evolução comparativa face ao índice de referência do mercado bolsista português (Psi20).

Evolução da cotação do título da Modelo Continente e do Psi20
ao longo de 2005



Evolução da cotação do título e do volume de negócios da Modelo Continente
ao longo de 2005



A evolução dos principais indicadores bolsistas no cômputo dos 3 últimos exercícios pode ser analisada no quadro anexo.

	2003*	2004*	2005
Referências			
Capital social (€)	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Nº de acções	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Valor nominal por acção (€)	1,0	1,0	1,0
Resultado Líquido após minoritários (€)	74.664.172	114.415.880	214.122.570
Resultado líquido por acção (€)	0,068	0,104	0,195
Dividendo por acção (€)	0	0	0,05
Cotação (€)			
Início do ano	1,59	1,45	1,50
Máxima	1,64	1,64	2,05
Mínima	1,14	1,35	1,49
Média	1,39	1,45	1,69
Final do ano	1,42	1,46	1,98
Transacções (quantidade diária)			
Máximo	1.360.775	2.824.880	475.427
Mínimo	0	0	0
Médio	23.705	35.290	17.642
Transacções (montante diário, €)			
Máximo	1.703.600	3.818.745	710.233
Mínimo	0	0	0
Médio	32.749	51.166	29.499
Capitalização bolsista			
Final do ano (€)	1.562.000.000	1.606.000.000	2.178.000.000
Variação	-12%	3%	36%

* Os resultados consolidados referentes a 2003 e 2004 apresentam-se de acordo com o Plano Ofical de Contabilidade português (POC), encontrando-se os valores de 2005 de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS)

De forma a auxiliar a adequada análise da evolução das cotações da empresa ao longo de 2005, evidenciamos em seguida as datas mais relevantes dos eventos e comunicados ao mercado da empresa.

- Comunicado de resultados consolidados do exercício de 2004 - 3 de Março
- Comunicado de resultados consolidados a 31 de Março - 4 de Maio
- Informação sobre participações qualificadas - 23 de Maio
- Informação sobre alienação de um conjunto de lojas no Estado de S. Paulo, no Brasil - 9 de Junho
- Comunicado de resultados consolidados a 30 de Junho - 7 de Setembro

- Comunicado de resultados consolidados a 30 de Setembro - 28 de Outubro
- Informação sobre participações qualificadas - 2 de Dezembro
- Informação sobre alienação da totalidade da operação de retalho da empresa no Brasil - 14 de Dezembro

1.4 Distribuição de dividendos

Ao longo dos exercícios de 2003 e 2004 a Modelo Continente, SGPS, SA não distribuiu dividendos. No que respeita a 2005, será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de dividendos de 0,05 Euro por acção, num total de 55 milhões de Euros.

1.5 Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções

A Comissão de Vencimentos da Modelo Continente, SGPS, S.A. aprovou em 16 de Março de 2005 um regulamento que define as condições de atribuição de um plano de compensação diferida. Este plano tem como fundamento proporcionar a partilha do valor criado pela intervenção directa dos aderentes na definição da estratégia e na gestão dos negócios, sendo para tal elegíveis os administradores e quadros da Modelo Continente, SGPS, S.A. cuja intervenção tem maior impacto sobre o desempenho dos negócios.

A compensação diferida é atribuída pelo órgão de gestão em relação aos quadros e pela Comissão de Vencimentos em relação aos administradores, em percentagem do valor do prémio de desempenho anual atribuído.

O valor da compensação diferida varia em função directa de uma carteira padrão de acções constituída por acções da Sonae, SGPS, SA e acções da Modelo Continente, SGPS, SA. Os planos de compensação são valorizados à data de atribuição a preços representativos da cotação, no mercado de acções em Portugal, dos títulos que compõem a carteira. Considera-se para tal o valor mais baixo entre a cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à assembleia-geral ou a cotação média de fecho dos últimos 30 dias anteriores à assembleia-geral.

O Administrador/Quadro pode optar por:

- Adquirir a custo zero, três anos após a atribuição, um número de acções igual ao valor em euros da compensação diferida atribuída e o valor da cotação mencionada anteriormente, ou
- Adquirir ao valor de cotação à data de atribuição, três anos após a atribuição, um número de acções determinado pela aplicação do modelo de Black-Scholes ao valor em euros da compensação diferida atribuída.

Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do terceiro ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O direito à compensação diferida caduca com a saída do Administrador/Quadro da Modelo Continente, SGPS, S.A. e mantém-se até ao vencimento no caso de reforma. Em caso de morte ou invalidez permanente o plano de compensação diferida é valorizado a preços de mercado e entregue aos herdeiros ou ao próprio.

1.6 Divulgação relativa a transacções com partes relacionadas

A sociedade não efectuou nenhum negócio ou operação com os membros do conselho de administração. As transacções com o Fiscal Único decorrem exclusivamente do exercício da sua função, estando os honorários pagos descritos no ponto 1.9.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo são realizadas em condições normais de mercado e fazem parte da actividade normal da sociedade, pelo que não merecem divulgação específica.

1.7 Relações com investidores

A representação da Modelo Continente, SGPS, SA junto do mercado de capitais é assegurada pelo Sr. Eng. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério.

A Modelo Continente, SGPS, SA tem como regra informar o mercado de capitais de forma imediata e eficaz dos factos relevantes referentes à vida da empresa, garantindo a igualdade de tratamento entre os vários agentes do mercado e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Para o efeito, a Modelo Continente, SGPS, SA utiliza os meios habituais de comunicação, tendo vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias de informação. Neste âmbito, destaque para o site institucional da empresa (www.ModeloContinente.pt), o qual funciona como meio de centralização de um conjunto variado de questões formuladas pelos investidores e pelo público em geral, bem como repositório de informação histórica da empresa, nomeadamente ao nível de relatórios e contas, comunicados de resultados e apresentações corporativas mais relevantes.

No âmbito deste compromisso, a Modelo Continente, SGPS, SA criou um Gabinete de Apoio a Investidores, dotado de meios técnicos e de uma equipa de trabalho específica, o qual tem vindo a centralizar os contactos com a comunidade de investidores nacional e internacional.

As suas funções prendem-se desde logo com o atendimento expedito a todas as solicitações que lhe sejam colocadas, fazendo igualmente parte das suas atribuições a preparação de documentos e apresentações de cariz institucional. O Gabinete encontra-se disponível através dos seguintes contactos:

Rua João Mendonça, 529 – 6ºDto
4464-501 Senhora da Hora (Matosinhos – Portugal)
Telefone: 351.22.9561958
Fax: 351.22.9561318
Email: investor.relations@modelocontinente.pt

Nos exercícios mais recentes o Gabinete tem vindo a acompanhar um vasto conjunto de agentes do mercado, com destaque para pequenos investidores particulares e para a comunidade universitária, bem como as principais equipas de análise a actuar no sector de retalho nacional e estrangeiro.

1.8 Comissão de Vencimentos

A Assembleia Geral elege, com a mesma periodicidade com que elege os órgãos sociais, uma Comissão de Vencimentos que, nos termos do número dois do artigo vigésimo sexto dos Estatutos, tem como função fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração.

Na sociedade Modelo Continente, SGPS, SA, a Comissão de Vencimentos é composta pela Sonae, SGPS, SA, representada pelo Senhor Professor Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino, e pelo Senhor Eng.º Bruno Walter Lehmann, que não são membros do Conselho de Administração da sociedade.

1.9 Remuneração Anual do Auditor

A auditoria à sociedade é realizada pela Deloitte & Associados, SROC, SA, que em 2005 facturou à sociedade e às suas filiais e associadas incluídas no perímetro de consolidação o valor total de 853.000 Euros (dos quais 307.000 Euros relativos a serviços prestados a filiais no estrangeiro), sendo 57 % relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas, 5 % relativos a serviços de consultoria fiscal e 37 % relativos a outros serviços.

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que consideramos estar dessa forma assegurada a independência do auditor.

Capítulo 2 - Exercício de direitos de voto e representação de accionistas

A Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam e que até oito dias antes da realização da assembleia as tenham: registado em seu nome nos registos da sociedade; feito o depósito em intermediário financeiro autorizado nos termos da lei; ou as tenham inscrito em contas de valores mobiliários escriturais.

O depósito junto de intermediário financeiro ou a inscrição em contas de valores mobiliários escriturais, tem de ser comprovado por carta emitida pela instituição e que dê entrada na sociedade pelo menos oito dias antes da data da realização da Assembleia.

Os accionistas só poderão comparecer na Assembleia se comunicarem essa intenção ao presidente da mesa da Assembleia Geral, por escrito, até três dias antes da data da sua realização, salvo se tiverem comprovado o depósito junto do intermediário financeiro ou a inscrição em contas de valores mobiliários escriturais.

A cada grupo de mil acções, corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por mil do número de acções que possuam, sem qualquer limite.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poder-se-ão fazer representar nas reuniões da Assembleia Geral por cônjuge, ascendente ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa indicando nome, domicílio do representante e data da Assembleia.

As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Enquanto a sociedade for considerada "sociedade com o capital aberto ao investimento do público", os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia

Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.
A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.
Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:
a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.
Não obstante, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.
Não obstante, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.
Atento o previsto no nº. 2 do artigo 22º. do contrato social, o accionista deverá, com pelo menos 8 dias antes da data da realização da Assembleia Geral, fazer a conveniente e necessária prova das acções que possui.
Estarão à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e no Site da Emitente na Internet (www.ModeloContinente.pt), nos quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral Anual, as contas individuais e consolidadas e demais documentos previstos na lei, bem como as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à aprovação da Assembleia Geral.
A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social, salvo se lei imperativa exigir outro quórum.
Estatutariamente não está prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Capítulo 3 - Regras societárias

3.1 Código de Conduta e Regulamentos Internos

Os valores e princípios da Modelo Continente, SGPS, SA são profusamente difundidos e estão profundamente enraizados na cultura dos seus colaboradores. Os principais vectores são a cultura empresarial (liderança, disponibilidade para a mudança, lealdade e rigor, transparência), a responsabilidade com os colaboradores (igualdade no tratamento, desenvolvimento profissional, segurança), a responsabilidade social (consciência ambiental, consciência social, abertura à sociedade, confiança e ética) e a independência face ao poder político. A qualidade de

sociedade aberta conduz naturalmente a uma redobrada atenção pelo cumprimento dos deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da sociedade em situações de conflitos de interesses. Neste âmbito, não existe um código de conduta dos órgãos da sociedade ou outro regulamento interno respeitante a esta matéria.

3.2 Gestão de Risco

i) Auditoria interna e gestão de risco

Na gestão estratégica e corrente, a empresa adopta activamente políticas de auditoria interna e de gestão de risco nas diversas vertentes do seu negócio. Entendidas pela empresa como pilar fundamental de suporte e controlo do negócio, estas actividades têm vindo a merecer um acompanhamento acrescido no âmbito da Modelo Continente, SGPS, SA. Ao longo de 2005, a Direcção de Auditoria e Gestão de Risco manteve-se dedicada a um conjunto alargado de temas, entre os quais destacamos:

Auditoria de processos e cumprimento

- Auditorias de cumprimento às variáveis críticas do negócio, incluindo compras, vendas, anulações, devoluções, talões de desconto e inventários.
- Alargou-se o âmbito das auditorias de cumprimento às áreas de legislação ambiental e para pessoas com mobilidade condicionada.
- Auditorias a processos chave do Negócio, incluindo devolução de vendas, alterações locais de preço de venda e crédito ao consumo.
- A constituição de uma nova aplicação de suporte à Auditoria Interna que permite uma melhor gestão da evolução das situações de risco identificadas nas auditorias, bem como o aumento da produtividade da função.

Auditoria de sistemas de informação

- Desenvolvimento de um Plano de Continuidade de Negócio que cobre o risco de falha dos Sistemas de Informação
- Testes de Intrusão aos Sites de Comércio Electrónico e Redes Wireless
- Desenvolvimento de um indicador de Segurança baseado no ISO 17799
- Auditorias às bases de dados críticas do negócio
- Auditoria à disponibilidade dos sistemas críticos
- Auditoria ao Software da Modelo Continente
- Auditorias de segurança aos servidores Wintel e UNIFO (Front Office)

Gestão de risco

- Implementação de um processo de "control self assessment" nas lojas com periodicidade trimestral, suportado por uma aplicação baseada na Intranet, com os objectivos de efectuar o diagnóstico da exposição a riscos físicos e desenvolver planos de acções para as não conformidades identificadas. Áreas de risco incluídas: Emergência, Segurança contra Incêndios, Vigilância e Intrusão e Formação e Sensibilização.
- Análise de risco aos entrepostos logísticos para avaliação da evolução do perfil de risco.
- Execução diária de auditorias de segurança alimentar às lojas, entrepostos e centros de fabrico.

- Desenvolvimento de um Manual de Gestão de Crise para as operações das Lojas com os principais objectivos de, em caso de ocorrência de um sinistro de alto impacto, garantir a continuidade das operações e minimizar as perdas financeiras e de imagem.

Simultaneamente a direcção de Auditoria e Gestão de Risco acompanhou de forma muito próxima todos os processos de mudança de maior impacto na Modelo Continente, verificando da sua exequibilidade e da sua conformidade com os princípios de excelência neste campo.

ii) Riscos financeiros

Em termos de riscos financeiros, a Modelo Continente está maioritariamente exposta a riscos derivados das flutuações das taxas de juro e das taxas de câmbio. Com o objectivo de assegurar a gestão destes riscos, o grupo utiliza instrumentos financeiros derivados com o objectivo de limitar a exposição a essas flutuações. A contratação dos instrumentos derivados não têm como objectivo a especulação

3.3 Limites ao exercício dos direitos de voto ou à transmissibilidade de acções, acordos parassociais e direitos especiais de accionistas

Para além do número de acções (1.000) a que corresponde o direito a um voto, e das obrigações de representação, mencionadas anteriormente, não existem limitações ao exercício do direito de voto. A sociedade não adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

Capítulo 4.

4.1 Órgãos de administração

A 31 de Dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA era composto por sete membros, com funções de coordenação e de gestão das funções de soberania (direcções funcionais), funcionando colegialmente. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos e terminou em 2005. Os administradores foram eleitos em lista única, não tendo sido apresentada lista alternativa por nenhum dos accionistas. Durante 2005 o Conselho reuniu 9 vezes, estando as actas correspondentes registadas no respectivo livro de actas.

Posteriormente, renunciaram aos respectivos cargos que ocupavam no Conselho de Administração o Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo e o Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis.

Na presente data, o Conselho de Administração é composto pelos seguintes elementos:

		Executivo*	Não Executivo*	Não Independente*
• **Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo**	(Presidente)		x	x
• **Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão**	(CEO)	x		x
• **Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**	(CFO)	x		x
• **Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura**		x		x
• **Dr. José Manuel Alves Elias da Costa**			x	x

** caracterização de acordo com a redacção dada pelo Regulamento da CMVM nº10/2005*

No quadro do processo de decisão empresarial, os membros do Conselho de Administração com funções executivas assumem as seguintes competências:

- **Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão**
  assume funções de coordenação global no âmbito das tradicionalmente adstritas à figura de CEO, com âmbito de actuação alargado

- **Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**
  assume funções de coordenação global no âmbito das tradicionalmente adstritas à figura de CFO, com âmbito de actuação alargado

- **Manuel José Ferreira Fontoura**
  assume responsabilidade pelas operações de loja de base alimentar da Modelo Continente, SGPS, SA.

Apresenta-se em seguida um breve resumo do curriculum de cada um dos administradores, com indicação das respectivas qualificações e actividades profissionais:

- **Belmiro Mendes de Azevedo**
  Formação académica
  - Licenciado em Engenharia Química Industrial – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
  - PMD (Programme for Management Development) – Harvard Business School
  - Financial Management Programme – Stanford University
  - Strategic Management – Wharton University

  Actividade profissional
  - Presidente do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Sonae Industria - SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Sonae Com, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Setimanale - SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz - Sociedade Imobiliária, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
  - Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A.

- **Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão**
  Formação académica
  - Licenciatura em Economia - ISCTE

  Actividade profissional
  - Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, S.A.
  - Administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A. (CEO)

- Presidente do Conselho de Administração da Sonae Turismo, SGPS, S.A.
- Administrador de outras empresas participadas pela Sonae, SGPS, S.A.

- **Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**
  Formação académica
  - Mestrado em gestão de empresas, MBA - Instituto Superior de Estudos Empresariais
  - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade do Porto

  Actividade profissional
  - Vice-Presidente Executivo e CFO da Sonae SGPS, S.A.
  - Administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A. e Sonae Sierra SGPS, S.A.
  - Presidente Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A.
  - Presidente da Comissão de Finanças do Grupo Sonae
  - Administrador de outras empresas participadas pela Sonae, SGPS, S.A.

- **Manuel José Ferreira Fontoura**
  Formação académica
  - Licenciatura em Engenharia Zootécnica - Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro
  - Programa de Alta Direcção de Empresas – AESE

  Actividade profissional
  - Administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A.
  - Administrador de outras empresas participadas pela Modelo Continente, SGPS, S.A.

- **Dr. José Manuel Alves Elias da Costa**
  Formação académica
  - Licenciatura em Finanças - ISCTE

  Actividade profissional
  - Administrador do Banco Santander Totta, S.A.
  - Administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A.

Nenhum dos administradores mencionados anteriormente detém acções na sociedade Modelo Continente, SGPS, SA.

O quadro seguinte refere as datas das primeiras designações e termo dos mandatos dos referidos administradores:

	1ª Designação	Termo do mandato
• Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo	13.04.1999	2005
• Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão	31.03.1989	2005
• Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	29.08.1995	2005
• Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura	31.03.2000	2005
• Dr. José Manuel Alves Elias da Costa	16.11.2004	2005

Adicionalmente, não existe qualquer Comissão Executiva, ou uma qualquer outra Comissão, com competências em matéria de gestão. Não foram constituídas comissões de controlo interno para avaliação da estrutura e governo societários uma vez que essa avaliação é efectuada no plenário do Conselho de Administração.
Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que, na generalidade dos casos, os administradores exercem funções de gestão nas sociedades pertencentes ou participadas pela Modelo Continente.

4.2 Remunerações

No exercício de 2005, os membros do Conselho de Administração remunerados pela sociedade ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo auferiram remunerações totais de 3.086.159 Euros, das quais 1.801.493 Euros a título de prémio de desempenho.
O prémio de desempenho é indexado à evolução de um conjunto de indicadores financeiros que permitem o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Metade desse prémio tem carácter diferido, e apenas será liquidado em 2008, podendo ser majorado ou minorado em função da evolução da cotação.
O presidente do Conselho de Administração auferiu uma remuneração total de 50.000 Euros, não englobando qualquer componente a título de prémio de desempenho. O CEO da sociedade auferiu uma remuneração total de 988.183 Euros, incluindo um prémio de desempenho de 650.083 Euros.
A média da remuneração total auferida pelos restantes membros executivos do Conselho de Administração foi de 682.659 Euros, incluindo um prémio de desempenho médio de 383.803 Euros. Os restantes membros não executivos do Conselho de Administração não auferiram qualquer rendimento.
O Conselho de Administração considera que a informação sobre as suas remunerações prestada acima é suficientemente extensiva, e que a prestação dessa informação numa base individual,

recomendada pela CMVM, se traduz num requisito excessivo de acordo com os princípios gerais que regem os deveres de informação, porque de utilidade marginal para o interesse dos accionistas.

4.3 Política de comunicação de irregularidades

A Modelo Continente dedica uma atenção muito especial à questão da detecção, responsabilização e correcção oportuna das irregularidades que eventualmente ocorram no seio da organização.

As questões mais frequentes prendem-se com incorrecções pontuais na operação de loja (ao nível do atendimento, da gama de produtos ou do equipamento físico, entre outros) sendo os cerca de 2.000.000 de clientes semanais que visitam as lojas da empresa em Portugal os principais detectores destas ocorrências. Muitos dos clientes deixam uma indicação das situações ocorridas ao fazer uma reclamação ou deixar uma sugestão junto da equipa de loja onde tais irregularidades foram detectadas.

A Modelo Continente valoriza muito estes contactos, na medida em que o cliente está a dar à empresa uma oportunidade de resolução do problema e de identificação de áreas de melhoria que o beneficiem directamente a si e a outros igualmente afectados.

De forma a tratar de forma cabal e atempada estas questões, a empresa desenvolveu um Sistema de Sugestões e Reclamações, com uma estrutura de pivots descentralizada em várias direcções da organização e sob o acompanhamento e responsabilidade directa do Conselho de Administração. A Direcção de Marketing é responsável pela coordenação e controlo central de todo o processo, ainda que as questões sejam tratadas e respondidas pela entidade a quem o cliente se dirige, com conhecimento e co-responsabilidade das áreas específicas que estejam em causa (ex: Controlo de Qualidade, Departamento Jurídico, etc).

Simultaneamente, a Modelo Continente (no âmbito do grupo Sonae) disponibiliza à sua equipa de colaboradores e público em geral o acesso ao Provedor.

O Provedor funciona como uma entidade que complementa o processo de sugestões e reclamações. Esta figura depende directamente do Presidente do Grupo Sonae, e tem por função dar andamento oportuno a reclamações, queixas ou sugestões que lhe são dirigidas por clientes, fornecedores e colaboradores da empresa.

As suas atribuições são a afirmação e promoção pela via apropriada dos direitos e interesses legalmente protegidos dos clientes, utentes ou fornecedores das empresas, a reposição da justiça e da regularidade violadas e a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pelas empresas. Pode ser contactado através do endereço electrónico provedor@sonae.pt, ou no seguinte endereço:

Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 1011 - 4471-909 Maia Portugal
Tel: 22 010 4631 - Fax: 22 010 4784

4.4 Funções exercidas em outras sociedades

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de Administração/Gerência nas seguintes empresas:

Belmiro Mendes de Azevedo

- Sonae, SGPS, S.A.
- Sonae Industria - SGPS, S.A.
- Modelo Continente, SGPS, S.A.
- Sonae Com, SGPS, S.A.
- Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
- Sonae Sierra, SGPS, S.A.
- Setimanale - SGPS, S.A.
- Praça Foz - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
- Sonae Capital, SGPS, S.A.

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

- Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.A.
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.
- Atlantic Ferries - Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.
- Best Offer - Prestação de Informações pela Internet, S.A.
- Bikini – Portal de Mulheres, S.A.
- Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Bloco Y – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Cacetinho – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Campimeios – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Carnes do Continente - Industria e Distribuição de Carnes, S.A.
- Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
- Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.
- Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
- Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
- Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, S.A.
- Country Club da Maia – Urbanismo, S.A.
- Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Distrifin Comercio y Prestacion de Servicios, S.A.
- Efanor - Design e Serviços, S.A.
- Efanor - Indústria de Fios, S.A.
- Empreendimentos Imobiliários da Quinta da Azenha, S.A.
- Equador – Agência de Viagens e Turismo, S.A.

- Estêvão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.
- Exit Travel - Agência de Viagens e Turismo Online, S.A.
- Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.
- Gestholding – SGPS, S.A.
- Global S – Hipermercado, Lda.
- Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.
- IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
- Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoareia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.
- Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
- Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoferro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imohotel – Empreendimentos Turisticos Imobiliários, S.A.
- Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
- Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Infofield – Informática, S.A.
- Informeios - Projectos e Representações, S.A.
- Insulatroia – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Inventory – Acessórios de Casa, S.A.
- Marimo – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Marina de Tróia, S.A.
- Marinamagic - Exploração de Centros Lúdicos e Marítimos, Lda
- Marmagno - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Marvero - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- MaxOffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.
- MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.
- Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.
- Modelo - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Modelo Continente – Operações de Retalho, SGPS, S.A.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.
- Modelo Continente, SGPS, S.A.
- Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
- Modelo Investimentos Brasil, S.A.
- Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A

- Modis - Distribuição Centralizada, S.A.
- Modis International Trade, S.A.
- O.K. Bazar- Comércio Geral, S.A.
- Partnergiro - Empreendimentos Turísticos, Lda.
- Praedium II – Imobiliária, S.A.
- Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.
- Praedium, SGPS, S.A.
- Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
- Prédios Privados – Imobiliária, S.A.
- Predisedas - Predial das Sedas, S.A.
- Promosedas – Promoções Imobiliárias, S.A.
- S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
- Sociedade Construções do Chile, S.A.
- Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Solinca – Lazer, SGPS, S.A.
- Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
- Solinca- Investimentos Turísticos, S.A.
- Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.
- Sonae Capital, SGPS, SA
- Sonae Retalho Espanã – Servicios Generales, S.A.
- Sonae Turismo – Gestão e Serviços, S.A.
- Sonae Turismo, SGPS, S.A.
- Sonae, SGPS, S.A.
- Sondis Imobiliária, S.A.
- Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- SportZone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
- SRE – Projectos e Consultadoria, S.A.
- Star – Viagens e Turismo, S.A.
- Todos os Dias - Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Torralta – Club Internacional de Férias, S.A.
- Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
- Troiaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Tulipamar - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Vastgoed One - Promoção Imobiliária, S.A.
- Vastgoed Sun - Promoção Imobiliária, S.A.
- Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
- World Trade Center Porto, S.A.
- Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

- Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.A.
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.
- Atlantic Ferries - Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.
- Best Offer - Prestação de Informações pela Internet, S.A.
- Bikini - Portal de Mulheres, S.A.
- Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Cacetinho – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Campimeios - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Carnes do Continente - Industria e Distribuição de Carnes, S.A.
- Carplus – Comércio de Automóveis, S.A.
- Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A.
- Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.
- Change, SGPS, S.A
- Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
- Choice Car - Comércio Automóveis, S.A.
- Choice Car, SGPS, S.A.
- Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
- Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, S.A.
- Country Club da Maia – Imobiliária, S.A.
- Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Distrifin Comercio y Prestación de Servicios, S.A.
- Efanor - Design e Serviços, S.A.
- Efanor - Indústria de Fios, S.A.
- Elmo, SGPS, S.A.
- Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, S.A.
- Espimaia - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Estêvão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A.
- Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
- Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Fozmassimo – Comércio e Industria de Produtos Alimentares, S.A.
- Gestholding – SGPS, S.A.
- Global S – Hipermercado, Lda.
- Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.
- Guérin Rent - a – Car (Dois), Lda
- IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
- Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.

- Imoareia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.
- Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
- Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoferro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imohotel – Empreendimentos Turísticos Imobiliários, S.A.
- Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresort– Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
- Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Infofield – Informática, S.A.
- Informeios - Projectos e Representações, S.A.
- Inparvi – SGPS, S.A.
- Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Integrum - Serviços Partilhados, S.A.
- Inventory – Acessórios de Casa, S.A.
- Luso – Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.
- Marimo – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Marina de Tróia, S.A.
- Marinamagic - Exploração de Centros Lúdicos e Maritimos, Lda
- Marmagno - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Marvero - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- MaxOffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.
- MDS – Corrector de Seguros, S.A.
- MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.
- Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.
- Modelo - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Modelo Continente – Operações de Retalho, SGPS, S.A.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.
- Modelo Continente, SGPS, S.A.
- Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
- Modelo Investimentos Brasil, S.A.
- Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A
- Modis - Distribuição Centralizada, S.A.
- Modis International Trade, S.A.
- Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, S.A.
- O.K. Bazar - Comércio Geral, S.A.
- Pargest, SGPS, S.A.
- Partnergiro - Empreendimentos Turísticos, Lda.

- Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de peixes, SA
- Praedium II – Imobiliária, S.A.
- Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.
- Praedium, SGPS, S.A.
- Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
- Prédios Privados – Imobiliária, S.A.
- Predisedas – Predial das Sedas, S.A.
- Promosedas – Promoções Imobiliárias, S.A.
- Publimeios, SGPS, S.A.
- S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.
- SC – Insurance and Risk, SGPS, S.A.
- SC – Sociedade de Consultadoria, S.A.
- Selfrio, Engenharia do Frio, S.A.
- Selfrio, SGPS, S.A.
- Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
- Sistavac – Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, S.A.
- SKK – Central de Distribuição para Refrigeração e Climatização, S.A.
- SMP – Serviços de Manutenção e Planeamento, S.A.
- Sociedade Construções do Chile, S.A.
- Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sodesa – Comercialização de Energia, S.A.
- Soflorin, BV
- Solinca – Lazer, SGPS, S.A.
- Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
- Solinca - Investimentos Turísticos, S.A.
- Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.
- Sonae 3P – Panels, Pul and Paper, SGPS, S.A.
- Sonae Capital, SGPS, S.A.
- Sonae Investments, BV
- Sonae Retalho Espanã – Servicios Generales, S.A.
- Sonae Sierra, SGPS, S.A.
- Sonae Turismo, SGPS, S.A.
- Sonae Wood Products, BV
- Sonae, SGPS, S.A.
- Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
- Sondis Imobiliária, S.A.
- Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Sontur, BV
- Sonvecap BV
- Sopair, S.A.
- SportZone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.

- SRE – Projectos e Consultadoria, S.A.
- Star - Viagens e Turismo, S.A.
- Todos os Dias - Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Torralta - Club Internacional de Férias, S.A.
- Torre S. Gabriel – Imobiliária, S.A.
- TP - Sociedade Térmica Portuguesa, S.A.
- Troiaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Tulipamar - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Vastgoed One – Promoção Imobiliária, S.A.
- Vastgoed Sun – Promoção Imobiliária, S.A.
- Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
- World Trade Center Porto, S.A.
- Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.

Manuel José Ferreira Fontoura

- Cacetinho – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Carnes do Continente – Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.
- Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
- Estêvão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.
- IGI - Investimento Imobiliário, S.A.
- Insco – Insular de Hipermercados, S.A.
- Modelo - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Modelo Continente – Operações de Retalho, SGPS, S.A.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.
- Modelo.Com – Vendas Por Correspondência, S.A.
- Modis - Distribuição Centralizada, S.A.
- Modis International Trade, S.A.
- O.K. Bazar – Comércio Geral, S.A.
- Todos os Dias – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Casa da Quinta de Vale d'Arados, Turismo Rural, Lda.
- Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.
- Peixes do Continente – Indústria e Distribuição de Peixe, S.A.

José Manuel Alves Elias da Costa

- Santander Totta, SGPS, S.A.
- Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.
- Santander – Gestão de Activos, SGPS, S.A.
- Santander Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Modelo Continente, SGPS, S.A.

Matosinhos, 27 de Fevereiro de 2006

Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

TÍTULOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E RESPECTIVAS TRANSACÇÕES DURANTE 2005

ACÇÕES	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2005
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Sonae, SGPS, SA						14.901
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA						4.564
Manuel José Ferreira Fontoura						
Sonae, SGPS, SA						73.340
Notas:						
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						658.804.410
Venda	18.07.2005			291.179.305	1,14	
Pareuro, BV (2)						20.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA						400.000.000
Compra	18.07.2005	291.179.305	1,14			

Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

	Número de acções a 31.12.2005
Sonae, SGPS, SA (1)	831.991.399
Banco Santander Totta, SGPS, SA	246.625.000

Notas:

(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	658.804.410
Pareuro, BV (2)	20.000
(2) Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000

Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao artº. 8º alínea e) do Regulamento da CMVM nº 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2005:

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Sonae, SGPS, SA	831.991.399	75,64%
Direitos de voto imputáveis nos termos do artº 20 alínea e) do CVM (1)	246.625.000	22,42%
Total imputável	1.078.616.399	98,06%
Banco Santander Totta, SA	246.625.000	22,42%
Total imputável	246.625.000	22,42%

Notas:

(1) Imputação decorrente de acordos celebrados com o Grupo Santander Totta

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS 31-12-2005	IFRS 31-12-2004	POC 31-12-2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	7	1.159.162.807	1.136.734.749	1.221.038.880
Diferenças de consolidação	8	47.164.598	265.293.994	-
Imobilizações incorpóreas	7	61.715.276	57.415.222	25.926.372
Investimentos em empresas associadas	5,9	8.080.761	40.536.824	32.182.741
Outros investimentos financeiros	9	53.807.682	8.568.168	9.038.581
Impostos diferidos activos	14	24.126.376	59.731.623	-
Outros activos não correntes	10	839.152	44.528.376	44.528.377
Total de activos não correntes		1.354.896.652	1.612.808.956	1.332.714.951
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	15	325.206.095	387.517.766	387.517.766
Clientes		18.487.609	20.314.348	21.386.959
Outras dívidas de terceiros	11	174.993.339	122.887.318	122.082.545
Estado e outros entes públicos	12	37.793.072	33.889.426	33.417.113
Outros activos correntes	13	10.661.819	6.253.324	65.765.946
Outros investimentos financeiros	9	10.560.475	87.325.645	-
Caixa e equivalentes de caixa	16	563.855.996	260.096.724	260.007.397
Total de activos correntes		1.141.558.405	918.284.551	890.177.726
TOTAL DO ACTIVO		2.496.455.057	2.531.093.507	2.222.892.677
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	17	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas e resultados transitados		(467.504.160)	(576.996.940)	(776.614.877)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe		214.122.570	119.088.499	114.415.880
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		846.618.410	642.091.559	437.801.003
Interesses Minoritários	18	8.717.734	7.331.008	18.860.054
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		855.336.144	649.422.567	456.661.057
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos bancários	19	1.400.000	281.585.260	297.175.551
Empréstimos obrigacionistas	19	592.279.778	177.958.653	182.000.000
Credores por locações financeiras	19, 20	8.197.376	13.094.122	-
Outros empréstimos	19	326.063	134.888.140	129.999.755
Outros passivos não correntes	22	17.719.446	44.338.488	55.634.373
Impostos diferidos passivos	14	37.487.973	43.623.446	-
Provisões	27	27.775.929	17.251.593	17.237.462
Total de passivos não correntes		685.186.565	712.739.702	682.047.141
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos bancários	16, 19	164.093.367	157.367.788	157.278.460
Credores por locações financeiras	19, 20	4.119.488	1.748.644	-
Derivados	19, 21	198.293	92.486.786	-
Fornecedores	24	598.484.705	727.906.665	727.817.464
Outras dívidas a terceiros	25	89.880.848	71.760.337	35.043.470
Estado e outros entes públicos	12	29.088.267	39.336.757	38.878.587
Outros passivos correntes	26	70.067.380	77.681.066	124.700.657
Provisões	27	-	643.195	465.841
Total de passivos correntes		955.932.348	1.168.931.238	1.084.184.479
TOTAL DO PASSIVO		1.641.118.913	1.881.670.940	1.766.231.620
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.496.455.057	2.531.093.507	2.222.892.677

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Montantes expressos em euros)

		IFRS			IFRS			POC
		31-12-2005			31-12-2004			31-12-2004
		Actividades			Actividades			
	Notas	Continuadas	Descontinuadas	TOTAL	Continuadas	Descontinuadas	TOTAL	Acumulado
			(Nota 6)			(Nota 6)		
Proveitos operacionais:								
Vendas	32	2.726.117.684	1.135.533.327	3.861.651.011	2.600.451.837	977.151.427	3.577.603.264	3.577.610.129
Prestações de serviços	32	19.272.399	3.701.147	22.973.546	20.401.881	2.163.782	22.565.663	22.565.663
Outros proveitos operacionais	33	269.214.290	73.462.997	342.677.287	214.856.643	54.334.897	269.191.540	218.652.446
Total de proveitos operacionais		3.014.604.373	1.212.697.471	4.227.301.844	2.835.710.361	1.033.650.106	3.869.360.467	3.818.828.238
Custos operacionais:								
Custo das vendas	15	(2.163.345.697)	(884.934.138)	(3.048.279.835)	(2.045.861.480)	(755.460.505)	(2.801.321.985)	(2.800.220.829)
Fornecimentos e serviços externos		(272.385.001)	(134.880.790)	(407.265.791)	(249.112.757)	(120.839.430)	(369.952.187)	(364.143.699)
Custos com o pessoal		(300.696.784)	(113.585.723)	(414.282.507)	(266.076.343)	(88.479.118)	(354.555.461)	(354.863.711)
Amortizações e depreciações	7	(69.238.310)	(22.246.655)	(91.484.965)	(65.331.904)	(19.710.066)	(85.041.970)	(96.134.174)
Provisões e perdas por imparidade	27	(800.929)	(9.115.840)	(9.916.769)	(915.697)	(987.262)	(1.902.959)	(8.601.039)
Outros custos operacionais	34	(40.106.500)	(27.007.225)	(67.113.725)	(41.271.839)	(23.254.100)	(64.525.939)	(15.920.812)
Total de custos operacionais		(2.846.573.221)	(1.191.770.371)	(4.038.343.592)	(2.668.570.020)	(1.008.730.481)	(3.677.300.501)	(3.639.884.264)
Resultados operacionais		168.031.152	20.927.100	188.958.252	167.140.341	24.919.625	192.059.966	178.943.974
Resultados financeiros	35	(27.568.281)	(18.424.666)	(45.992.947)	(28.629.906)	(25.634.925)	(54.264.831)	(51.334.951)
Resultados relativos a empresas associadas		260.299	485.334	745.633	(559.649)		(559.649)	(1.469.126)
Resultados relativos a investimentos	6	(434.322)	89.303.833	88.869.511	105.141		105.141	6.617.001
Resultado antes de impostos		140.288.848	92.291.601	232.580.449	138.055.927	(715.300)	137.340.627	132.756.898
Imposto sobre o rendimento	36	(17.140.447)	41.755	(17.098.692)	(15.717.822)	(573.537)	(16.291.359)	(16.747.685)
Resultado depois de impostos		123.148.401	92.333.356	215.481.757	122.338.105	(1.288.837)	121.049.268	116.009.213
Resultado consolidado do exercício		123.148.401	92.333.356	215.481.757	122.338.105	(1.288.837)	121.049.268	116.009.213
Atribuível a:								
Accionistas da Empresa-Mãe		121.789.214	92.333.356	214.122.570	120.377.336	(1.288.837)	119.088.499	114.415.880
Interesses Minoritários	18	1.359.187		1.359.187	1.960.769		1.960.769	1.593.334
Resultados por acção (básico e diluído)	37	0,11	0,08	0,19	0,11	(0,00)	0,11	0,10

O Conselho de Administração

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Montantes expressos em euros)

	IFRS					
	4ºTrimestre 05 [1]			4ºTrimestre 04 [1]		
	Actividades			Actividades		
	Continuadas	Descontinuadas [2]	TOTAL	Continuadas	Descontinuadas	TOTAL
Proveitos operacionais:						
Vendas	805.484.023	242.560.562	1.048.044.585	749.190.616	294.804.697	1.043.995.313
Prestações de serviços	4.950.154	823.929	5.774.083	5.156.230	588.844	5.745.074
Outros proveitos operacionais	94.140.451	5.690.411	99.830.862	65.648.530	12.967.843	78.616.373
Total de proveitos operacionais	904.574.628	249.074.902	1.153.649.530	819.995.376	308.361.384	1.128.356.760
Custos operacionais:						
Custo das vendas	(632.256.310)	(188.871.019)	(821.127.329)	(586.248.084)	(227.757.207)	(814.005.291)
Fornecimentos e serviços externos	(76.389.357)	(30.799.173)	(107.188.530)	(64.287.609)	(37.201.020)	(101.488.629)
Custos com o pessoal	(81.984.051)	(27.557.374)	(109.541.425)	(68.435.646)	(24.302.630)	(92.738.276)
Amortizações e depreciações	(17.480.542)	(4.658.592)	(22.139.134)	(17.680.577)	(5.201.265)	(22.881.842)
Provisões e perdas por imparidade	92.605	(611.154)	(518.549)	344.147	811.986	1.156.133
Outros custos operacionais	(14.047.400)	(2.126.139)	(16.173.539)	(16.874.750)	(8.065.711)	(24.940.461)
Total de custos operacionais	(822.065.055)	(254.623.451)	(1.076.688.506)	(753.182.519)	(301.715.847)	(1.054.898.366)
Resultados operacionais	82.509.573	(5.548.549)	76.961.024	66.812.857	6.645.537	73.458.394
Resultados financeiros	(7.642.514)	(42.237)	(7.684.751)	(3.785.735)	(7.324.198)	(11.109.933)
Resultados relativos a empresas associadas	(1.359.835)	144.454	(1.215.381)	(1.126.472)	-	(1.126.472)
Resultados relativos a investimentos	13.482	89.303.833	89.317.315	-	-	-
Resultado antes de impostos	73.520.706	83.857.501	157.378.207	61.900.650	(678.661)	61.221.989
Imposto sobre o rendimento	(6.824.054)	(557.680)	(7.381.734)	(4.467.228)	(137.809)	(4.605.037)
Resultado depois de impostos	66.696.652	83.299.821	149.996.473	57.433.422	(816.470)	56.616.952
Resultado consolidado do trimestre	66.696.652	83.299.821	149.996.473	57.433.422	(816.470)	56.616.952
Atribuível a:						
Accionistas da Empresa-Mãe	66.302.508	83.299.821	149.602.329	56.751.913	(816.470)	55.935.443
Interesses Minoritários	394.144	-	394.144	681.509	-	681.509

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

1) Preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), e não sujeitas a auditoria

2) Apenas inclui as operação dos dois primeiros meses do 4º Trimestre (Nota 6).

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe							Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital Social	Reservas Legais	Reservas Conversão	Reservas Cobertura	Outras Reservas Result.Transitados	Resultado Liquído	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 (1)	1.100.000.000	86.000.000	-	4.620.711	(669.304.363)	-	521.316.348	11.214.724	532.531.072
Variação nas reservas									
Geradas no exercício	-	-	8.384.886	-	-	-	8.384.886	-	8.384.886
Transferidas para resultados	-	-	-	(3.713.454)	-	-	(3.713.454)	-	(3.713.454)
Variação Perímetro Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	(5.844.485)	(5.844.485)
Outros	-	-	-	-	(2.984.720)	-	(2.984.720)	-	(2.984.720)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	119.088.499	119.088.499	1.960.769	121.049.268
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	1.100.000.000	86.000.000	8.384.886	907.257	(672.289.083)	119.088.499	642.091.559	7.331.008	649.422.567
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1.100.000.000	86.000.000	8.384.886	907.257	(672.289.083)	119.088.499	642.091.559	7.331.008	649.422.567
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2004:									
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	4.200.000	-	-	114.888.499	(119.088.499)	-	-	-
Variação nas reservas									
Geradas no exercício	-	-	127.910.020	-	-	-	127.910.020	-	127.910.020
Transferidas para resultados	-	-	(136.169.517)	(907.257)	-	-	(137.076.774)	-	(137.076.774)
Entradas de novas Empresas	-	-	-	-	-	-	-	27.539	27.539
Outros	-	-	-	-	(428.965)	-	(428.965)	-	(428.965)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	214.122.570	214.122.570	1.359.187	215.481.757
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.100.000.000	90.200.000	125.389	-	(557.829.549)	214.122.570	846.618.410	8.717.734	855.336.144

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

(1) Dado que 1 de Janeiro de 2004 é a data de transicção para IFRS, o resultado líquido do exercício de 2003 está apresentado na rubrica Outras reservas e Resultados transitados.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-12-2005			31-12-2004		
		Actividades			Actividades		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		Continuadas	Descontinuadas	TOTAL	Continuadas	Descontinuadas	TOTAL
Recebimento de clientes		2.742.171.597	1.141.959.171	3.884.130.768	2.616.939.916	943.044.793	3.559.984.709
Pagamentos a fornecedores		(2.252.219.857)	(1.018.563.757)	(3.270.783.614)	(2.053.214.340)	(794.733.826)	(2.847.948.166)
Pagamentos ao pessoal		(289.643.314)	(103.882.106)	(393.525.420)	(260.175.202)	(88.059.907)	(348.235.109)
Fluxo gerado pelas operações		200.308.426	19.513.308	219.821.734	303.550.374	60.251.060	363.801.434
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		(16.588.337)	1.002.466	(15.585.871)	(19.029.753)	(1.163.269)	(20.193.022)
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional		(30.085.939)	21.536.811	(8.549.128)	(20.095.827)	(26.456.205)	(46.552.032)
Fluxos das actividades operacionais (1)		153.634.150	42.052.585	195.686.735	264.424.794	32.631.586	297.056.380
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:							
Recebimentos provenientes de:							
Investimentos financeiros	6	28.634.784	540.262.789	568.897.573	320.000	-	320.000
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		15.839.524	60.623.672	76.463.196	3.730.622	2.812.532	6.543.154
Juros e proveitos similares		12.271.414	10.953.040	23.224.454	12.959.758	4.541.151	17.500.909
Dividendos		64.641	-	64.641	105.141	-	105.141
Empréstimos concedidos		185.428.992	214.008	185.643.000	569.274.461	1.089.939	570.364.400
Outros		-	-	-	652.127	-	652.127
		242.239.355	612.053.509	854.292.864	587.042.109	8.443.622	595.485.731
Pagamentos respeitantes a:							
Investimentos financeiros		(21.382.395)	7.021.869	(14.360.526)	(145.021.840)	126.384.624	(18.637.216)
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		(223.913.989)	(46.147.434)	(270.061.423)	(104.699.128)	(39.203.513)	(143.902.641)
Empréstimos concedidos		(206.611.000)	-	(206.611.000)	(568.958.591)	(1.405.809)	(570.364.400)
Outros		(63.500.000)	-	(63.500.000)	-	-	-
		(515.407.384)	(39.125.565)	(554.532.949)	(818.679.559)	85.775.302	(732.904.257)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(273.168.029)	572.927.944	299.759.915	(231.637.450)	94.218.924	(137.418.526)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:							
Recebimentos provenientes de:							
Empréstimos obtidos		1.049.743.621	201.675.731	1.251.419.352	488.857.140	157.872.223	646.729.363
		1.049.743.621	201.675.731	1.251.419.352	488.857.140	157.872.223	646.729.363
Pagamentos respeitantes a:							
Empréstimos obtidos		(1.125.086.071)	(262.830.601)	(1.387.916.672)	(536.747.187)	(266.980.251)	(803.727.438)
Juros e custos similares		(42.096.921)	(26.723.978)	(68.820.899)	(39.706.454)	(29.098.007)	(68.804.461)
		(1.167.182.992)	(289.554.579)	(1.456.737.571)	(576.453.641)	(296.078.258)	(872.531.899)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(117.439.371)	(87.878.848)	(205.318.219)	(87.596.501)	(138.206.035)	(225.802.536)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(236.973.250)	527.101.681	290.128.431	(54.809.157)	(11.355.525)	(66.164.682)
Efeito das diferenças de câmbio		(6.988.813)	(7.947.086)	(14.935.899)	(30.562)	(462.915)	(493.477)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	16	(226.754.010)	(28.955.309)	(255.709.319)	(281.532.605)	(39.847.919)	(321.380.524)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6,16	(3.230.427)	564.004.076	560.773.649	226.754.010	28.955.309	255.709.319

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Modelo Continente") tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 e 5 ("Grupo Modelo Continente"). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 39.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no ponto 2.2.d).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade de operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação as quais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2005 conforme adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses ("POC") para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Nos termos dessa norma os efeitos dos ajustamentos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 42, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 5) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.11).

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como

diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica resultados relativos a empresas associadas após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, que não relativas a diferenças de consolidação, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, situação em que é registada uma provisão por aqueles montantes.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 8). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sedeadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e Resultados Transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.05		31.12.04	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Real brasileiro	0,36443	0,33279	0,27665	0,27526

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o exercício de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de

eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Locações

Situações em que o Grupo age como Locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o exercício do contrato de locação.

2.6. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

2.7. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. Existências

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou do custo médio ponderado.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor líquido de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, "forwards" de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de passivo corrente - Empréstimos Bancários.

2.12. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae e/ou das suas filiais cotadas.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas

de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado intercalar e a taxa anual efectiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.16. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

2.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.18. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados os segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo, não tendo sido identificados segmentos secundários.

A informação financeira relativa aos segmentos geográficos identificados é incluída na Nota 39.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de politicas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são as seguintes:

	Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.2005 Directo	Percentagem do Capital detido 31.12.2005 Total	Percentagem do Capital detido 31.12.2004 Directo	Percentagem do Capital detido 31.12.2004 Total
	Empresa mãe					
	Modelo Continente SGPS, S. A.	Matosinhos				
	Modelo Continente					
	Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cacetinho – Comércio Retalhista e Expl. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
e)	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Carnes do Continente – Industria e Distribuição Carnes, S.A.	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a)	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
i)	Contifin - S.G.P.S., Lda	Matosinhos	-	-	89,90%	89,90%
	Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Efanor - Industria de Fios, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A.	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
m)	Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	Lisboa	100,00%	100,00%	-	-
m)	Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	Maia	99,98%	99,98%	-	-
	Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
b)	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
	Imoconti – Sociedade Imobiliària, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Informeios - Projectos e Representações, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Infofield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Inventory - Acessórios de Casa, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
n)	Marcas MC, zRT	Budapest	100,00%	100,00%	-	-
	Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
f)	MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Modis International Trade, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.2005 Directo	Total	Percentagem do Capital detido 31.12.2004 Directo	Total
	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Investimentos Brasil, S.A.	São Paulo(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
d) h)	Modelo Investimentos Financeiros, Ltda.	Porto Alegre(Brasil)	-	-	-	-
	Modis - Distribuição Centralizada, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
j)	Modis, S.G.P.S., Lda	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	Ermesinde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
o)	Peixes do Continente-Indústria e Distribuição de Peixes, S.A	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
c)	Pinto Ribeiro – Supermercados, S.A.	Viana do Castelo	100,00%	100,00%	-	-
g)	Selifa - Sociedade de Emprendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
h)	Sonae Distribuição Brasil, S.A.	Porto Alegre(Brasil)	-	-	96,56%	96,56%
l)	Sonae Medicamentos, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
a) h)	Sonae Promotora de Vendas, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	-	-	-	-
	Sonae Retalho España – Servicios Generales, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
k)	Sondis, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Distrifin - Comercio y Prestacion de Servicios, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SRE - Projectos e Consultadoria, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor.Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

a) Alteração de denominação social, adquirida durante o primeiro semestre de 2005.
b) Filial alienada em 20 de Junho de 2005.
c) Filial adquirida em 30 de Junho de 2005.
d) Filial criada em 13 de Abril de 2004 e inactiva até Maio de 2005.
e) Filial adquirida em 26 de Julho de 2005.
f) Filial adquirida em 11 de Julho de 2005.
g) Filial adquirida em 27 de Julho de 2005.
h) Filiais alienadas em 13 de Dezembro de 2005 (Nota 6).
i) Filial dissolvida em 7 de Dezembro de 2005.
j) Filial dissolvida em 23 de Dezembro de 2005.
k) Filial dissolvida em 30 de Dezembro de 2005.
l) Filial criada em 1 de Abril de 2005.
m) Fundos adquiridos em 29 de Dezembro de 2005.
n) Filial criada em 21 de Dezembro de 2005.
o) Filial criada em 15 de Novembro de 2005.

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.05 Directo	31.12.05 Total	31.12.04 Directo	31.12.04 Total	Valor Contabílistico 31.12.05	31.12.04
Star-Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	7.478.262	8.176.661
a) Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A.	Maia	-	-	49,90%	49,90%		31.378.683
Sonaegest-Soc. Gestora de Fundos de Investimento,S.A.	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	554.402	563.684
Sempre a Postos-Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	48.097	417.796
						8.080.761	40.536.824

a) Associada alienada em 28 de Junho de 2005.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.b).

Adicionalmente, os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas era como segue:

	Total de activos		Total de passivos		Proveitos		Resultado líquido do exercício	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Star-Viagens e Turismo, S.A.	25.280.469	17.445.317	24.709.955	23.531.598	97.906.561	88.831.609	359.984	(3.152.001)
Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A.	-	68.653.239	-	4.615.118	-	186	-	758.555
Sonaegest-Soc. Gestora de Fundos de Investimento,S.A.	1.441.631	1.441.569	55.623	43.249	284.670	261.828	(12.313)	(17.803)
Sempre a Postos-Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	12.934.696	13.764.223	12.742.307	12.093.043	56.115.920	52.549.757	(1.478.791)	628.091
	39.656.796	101.304.348	37.507.885	40.283.008	154.307.151	141.643.380	(1.131.120)	(1.783.158)

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram as seguintes:

Aquisições

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.2005 Directo	Total
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%
Pinto Ribeiro - Supermercados, S.A.	Viana do Castelo	100,00%	100,00%
Canasta-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%
Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários de Fafe,S.A.	Maia	100,00%	100,00%
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	Lisboa	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	Maia	99,98%	99,98%

Efeito das aquisições e alienações

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005:

	Data de aquisição			31.12.2005
	Valor Contabilístico	Imputação Justo Valor	Justo Valor Data Aquisição	Valor Contabilístico
Activos líquidos adquiridos				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	178.668.216	4.753.375	183.421.591	192.815.297
Existências	489.222		489.222	234.728
Outros activos correntes	1.799.942		1.799.942	3.132.204
Caixa e equivalentes a caixa	16.878.724		16.878.724	16.308.753
Impostos diferidos	629.619	(1.588.037)	(958.418)	(852.819)
Empréstimos	(592.712)		(592.712)	
Outros passivos	(38.186.216)		(38.186.216)	(49.113.902)
	159.686.795	3.165.338	162.852.133	162.524.261
Interesses Minoritários			(27.732)	
Diferenças de consolidação geradas (Nota 8)			3.363.961	
Preço de aquisição			166.188.362	
Pagamentos efectuados			6.577.342	
Montantes a pagar no futuro			159.611.020	
			166.188.362	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				
Pagamentos efectuados			6.577.342	
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos			(16.878.724)	
			(10.301.382)	

Os impactos das aquisições na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Proveitos operacionais	1.910.571
Custos operacionais	(2.263.501)
Resultado financeiro	(103.893)
Resultado antes impostos	(456.823)
Imposto sobre o rendimento	(29.657)
Resultado líquido	(427.166)

Se as empresas adquiridas durante o exercício de 2005, tivessem sido consolidadas com referência a 1 de Janeiro de 2005, o Resultado Líquido Consolidado seria superior em aproximadamente 6 milhões de euros.

Alienações

Firma		Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.2005 Directo	Percentagem do Capital detido 31.12.2005 Total	Percentagem do Capital detido 31.12.2004 Directo	Percentagem do Capital detido 31.12.2004 Total
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.		Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	(a)	Porto Alegre(Brasil)	98,45%	98,45%	96,56%	96,56%
Sonae Promotora de Vendas. Ltdª	(a)	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
Modelo Investimentos Financeiros, Ltdª	(a)	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-

(a) Filiais classificadas como actividades descontinuadas.

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação e em 31 de Dezembro de 2004 são os seguintes:

	Filial Alienada	Actividade Descontinuada	Filial Alienada	Actividade Descontinuada
	Data alienação	Data alienação	31.12.2004	31.12.2004
Activos líquidos alienados				
Imobilizações corpóreas	6.108.843	259.485.452		231.989.923
Imobilizações incorpóreas		16.621.726		4.026.792
Diferenças de consolidação		290.966.757		221.496.587
Outros activos não correntes		57.559.863		49.744.727
Impostos diferidos activos		42.774.185		32.499.991
Existências		137.142.840		102.122.540
Outros activos correntes	168	89.809.803	22.500.900	69.290.577
Caixa e equivalentes a caixa	325.142	23.856.638	1.051	28.955.309
Outros passivos não correntes	(332.000)	(60.554.885)	(1.014.000)	(50.362.825)
Impostos diferidos passivos		(5.710.217)		(4.338.476)
Outros passivos correntes	(6.005.462)	(265.186.050)	(19.982.620)	(258.174.951)
	96.691	586.766.112	1.505.331	427.250.194
Reservas de conversão		(136.169.517)		
Outros Encargos com alienação		24.103.648		
	96.691	474.700.243	1.505.331	427.250.194
Ganho ou perda na alienação	5.309	89.303.833		
Preço da alienação	102.000	564.004.076		
Recebimentos efectivados	102.000	564.004.076		
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação				
Recebimentos efectivados	102.000	564.004.076		
Caixa e equivalentes a caixa alienados	(325.142)	(23.856.638)		
	(223.142)	540.147.438		
Valor a receber		8.550.000		
Dívida financeira à data de alienação		86.302.562		
Valor do negócio		635.000.000		

Os outros encargos com a alienação incluem basicamente o registo de uma provisão no montante de 27.000.000 euros para fazer face a responsabilidades futuras (Nota 27) bem como o proveito de 8.550.000 euros registado na rubrica de Dívidas de Terceiros (Nota 11). Este montante é relativo a valores a receber da sociedade que adquiriu a Sonae Distribuição Brasil e que será liquidado aquando do exercício, por parte dos anteriores accionistas, da opção de venda que detêm sobre a Modelo Investimentos Brasil, S.A..

A opção de venda está registada nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de passivo Outras dívidas a terceiros pelo montante de 74.139.801 reais, cerca de 27 milhões de euros (Nota 25).

Do preço de alienação dos activos do Brasil, encontra-se depositado numa Escrow Account o montante de 63.500.000 euros, como garantia de contingências assumidas no contrato de venda (Nota 9).

O vencimento desta garantia será nos seguintes anos:

2006	10.500.000
2007	21.250.000
2008	31.750.000
	63.500.000

É entendimento do Conselho de Administração que esta garantia será integralmente libertada de acordo com as datas de vencimento apresentadas sem que resultem para a Empresa perdas patrimoniais para além da provisão constituída.

Os resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do exercício até à data de alienação destas sociedades podem ser detalhados como segue:

	Filial alienada 2005	Actividade Descontinuada 2005	Filial alienada 2004	Actividade Descontinuada 2004
Vendas		1.135.533.327		977.151.427
Outros proveitos operacionais		77.164.144	3.000.978	56.498.679
Custo das Vendas		(884.934.138)		(755.460.505)
Outros custos operacionais	(10.740)	(306.836.233)	(20.938)	(253.269.976)
Resultado financeiro	60.778	(17.939.332)	(797.857)	(25.634.925)
Resultado antes impostos	50.038	2.987.768	2.182.183	(715.300)
Imposto sobre o rendimento	(13.761)	41.755	(393.933)	(573.537)
Resultado líquido	36.277	3.029.523	1.788.250	(1.288.837)
Ganho ou perda na alienação	5.309	89.303.833	-	-
	41.586	92.333.356	1.788.250	(1.288.837)

7. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Durante os exercícios de 2005 e 2004, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações corpóreas- exercício de 2005

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado corpóreo b)	Total corpóreo
Activo bruto:										
Saldo inicial	828.855.869	556.452.919	17.713.519	118.774.183	4.576.316	251.533	1.892.006	33.632.508	27.621.815	1.589.770.668
Variações do perímetro - Aquisições (d) (Nota 6)	182.331.961	1.304.691	64.413	121.028			-			183.822.093
Variações do perímetro - Alienações (f) (Nota 6)	(117.394.899)	(240.883.468)	(5.849.337)	(36.916.027)			-	(10.159.425)	(608.298)	(411.811.454)
Investimento	24.545.309	11.954.433	960.674	3.965.562	84.551		5.031	139.045.509	2.795.418	183.356.487
Desinvestimento (c)	(50.258.449)	(43.480.699)	(1.824.503)	(8.366.827)	(620.927)	(171.104)	(132.797)	(674.956)		(105.530.262)
Efeito da conversão cambial	33.552.124	61.204.665	1.382.359	9.351.436			479	992.362	55.474	106.538.899
Transferências / abates	76.598.864	59.057.801	1.670.220	2.722.526	1.670.482		185.805	(124.549.624)	(24.015.856)	(6.659.782)
Saldo final	978.230.779	405.610.342	14.117.345	89.651.881	5.710.422	80.429	1.950.524	38.286.374	5.848.553	1.539.486.649
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo inicial	112.412.641	255.785.555	14.475.941	64.929.062	3.305.830	251.533	1.875.357	-		453.035.919
Variações do perímetro - Aquisições (d)	126.459	226.526	22.789	24.728			-	-		400.502
Variações do perímetro - Alienações (f)	(17.190.937)	(104.671.446)	(3.821.090)	(20.533.686)			-	-		(146.217.159)
Depreciação do exercício	15.346.683	49.649.555	1.446.452	13.106.290	720.276		18.685	-		80.287.941
Desinvestimento	(4.688.339)	(23.523.113)	(1.510.008)	(5.778.125)	(616.284)	(171.104)	(132.788)	-		(36.419.761)
Efeito da conversão cambial	4.346.911	24.273.321	895.572	4.798.191				-		34.313.995
Transferências /abates	833.088	(3.123.687)	1.392	(2.776.707)	(8.761)		(2.920)	-		(5.077.595)
Saldo final	111.186.506	198.616.711	11.511.048	53.769.753	3.401.061	80.429	1.758.334	-	-	380.323.842
Valor líquido	867.044.273	206.993.631	2.606.297	35.882.128	2.309.361	-	192.190	38.286.374	5.848.553	1.159.162.807

Imobilizações incorpóreas - exercício de 2005

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indust. e outros direitos	Software	Trespasses	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo	Total incorpóreo
Activo bruto:								
Saldo inicial	233.669	5.011.725	80.410.148	11.679.303		3.681.437		101.016.282
Variações do perímetro - Alienações (d) (Nota 6)		(13.696.463)	(10.401.826)					(24.098.289)
Investimento		10.955.029	1.452.260			18.331.285		30.738.574
Desinvestimento		(816.716)	(1.042.853)			(74.568)		(1.934.137)
Efeito da conversão cambial		1.579.230	2.278.160					3.857.390
Transferências/Abates	135.529	898.020	13.717.766			(14.563.514)		187.801
Saldo final	369.198	3.930.825	86.413.655	11.679.303	-	7.374.640	-	109.767.621
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial	22.903	1.989.451	32.099.533	9.489.173				43.601.060
Variações do perímetro - Alienações (d) (Nota 6)		(1.048.430)	(6.428.133)					(7.476.563)
Depreciação do exercício	48.993	1.280.940	8.966.106	900.985				11.197.024
Desinvestimento		(559.730)	(303.918)					(863.648)
Efeito da conversão cambial		146.878	1.444.530					1.591.408
Transferências/Abates		4.455	(1.394)	3				3.064
Saldo final	71.896	1.813.564	35.776.724	10.390.161	-	-	-	48.052.345
Valor líquido	297.302	2.117.261	50.636.931	1.289.142	-	7.374.640	-	61.715.276

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo", referem-se aos seguintes projectos:

Remodelação e Expansão de lojas em Portugal	33.637.911
Novos projectos em Portugal	9.948.271
	43.586.182

b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas", referem-se a projectos de lojas Modelo para os quais foram efectuados os respectivos adiantamentos:

c) Os valores mais significativos incluídos na rubrica "desinvestimento" referentes a Terrenos e Edifícios e Equipamento Básico são referentes à alienação pela Sonae Distribuição Brasil, S.A. de um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais que explorava sob a insígnia Big, no Estado de S. Paulo, Brasil. A alienação representou um encaixe financeiro de, aproximadamente, 326 milhões de Reais e uma mais valia consolidada de, aproximadamente, 29 milhões de euros, registados na rubrica Outros Proveitos Operacionais (Nota 33).

d) Os valores mais significativos incluídos nas rubricas de "Imobilizado corpóreo" e "Imobilizado incorpóreo "Variações do perímetro de consolidação - Alienações", são referentes à alienação das filiais no Brasil (valor líquido 276.107.178 euros).

f) Os valores mais significativos incluídos nas rubricas de "Imobilizado corpóreo" "Variações do perímetro de consolidação - Aquisições", são referentes à compra de Unidades de Participação em Fundos Imobiliários que detêm, na sua quase totalidade, activos imobiliários associados à exploração da actividade de retalho em Portugal (174.980.901 euros) e empresas adquiridas cujos activos são quase na sua totalidade "Terrenos" (cerca de 8 milhões de euros).

Imobilizações corpóreas - exercício de 2004

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado corpóreo b)	Total corpóreo
Activo bruto:										
Saldo inicial reexpresso	836.629.714	510.797.837	17.308.555	102.728.073	3.933.027	251.533	1.929.448	20.130.330	16.495.108	1.510.203.625
Investimento	13.402.607	25.136.800	724.366	11.212.889	44.353	-	124	67.265.703	17.433.655	135.220.497
Desinvestimento	(42.004.806)	(13.993.771)	(940.778)	(2.196.644)	(78.446)	-	(20.512)	(866.588)		(60.101.545)
Efeito da conversão cambial	1.472.305	2.525.909	56.012	388.179			182	16.329	1.415	4.460.331
Transferências	19.356.049	31.986.144	565.364	6.641.686	677.382		(17.236)	(52.913.266)	(6.308.363)	(12.240)
Saldo final	828.855.869	556.452.919	17.713.519	118.774.183	4.576.316	251.533	1.892.006	33.632.508	27.621.815	1.589.770.668
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo inicial reexpresso	103.579.046	219.324.152	13.866.722	54.158.132	2.843.774	251.533	1.894.311	-		395.917.670
Depreciação do exercício	14.629.150	45.920.378	1.314.254	11.917.167	529.819		24.728	-		74.335.496
Desinvestimento	(6.208.178)	(9.223.930)	(740.328)	(1.106.058)	(67.273)		(19.564)	-		(17.365.331)
Efeito da conversão cambial	167.475	923.202	34.906	182.956			182	-		1.308.721
Transferências	245.148	(1.158.247)	387	(223.135)	(490)		(24.300)	-		(1.160.637)
Saldo final	112.412.641	255.785.555	14.475.941	64.929.062	3.305.830	251.533	1.875.357	-	-	453.035.919
Valor líquido	716.443.228	300.667.364	3.237.578	53.845.121	1.270.486	-	16.649	33.632.508	27.621.815	1.136.734.749

Imobilizações incorpóreas - exercício de 2004

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indust. e outros direitos	Software	Trespasses	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo	Total incorpóreo
Activo bruto:								
Saldo inicial reexpresso	25	4.763.416	67.996.148	11.105.685	55	2.367.214		86.232.543
Investimento	12.900	211.722	1.040.583			11.032.689		12.297.894
Desinvestimento		(1.209)	(710.545)			(59.569)		(771.323)
Efeito da conversão cambial		25.708	83.719	3.439.254				3.548.681
Transferências/Abates	220.744	12.088	12.000.243	(2.865.636)	(55)	(9.658.897)		(291.513)
Saldo final	233.669	5.011.725	80.410.148	11.679.303	-	3.681.437	-	101.016.282
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial reexpresso		1.437.988	23.380.249	7.778.476				32.596.713
Depreciação do exercício	22.903	548.034	8.998.455	1.137.082				10.706.474
Desinvestimento			(698.986)					(698.986)
Efeito da conversão cambial		3.399	53.237					56.636
Transferências/Abates		30	366.578	573.615				940.223
Saldo final	22.903	1.989.451	32.099.533	9.489.173	-	-	-	43.601.060
Valor líquido	210.766	3.022.274	48.310.615	2.190.130	-	3.681.437	-	57.415.222

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo" no exercício de 2004, referem-se aos seguintes projectos:

Remodelação e Expansão de lojas em Portugal	12.539.469
Remodelação e Expansão de lojas no Brasil	1.657.069
Novos projectos em Portugal	21.991.170
	36.187.708

b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas" no exercício de 2004, referem-se fundamentalmente aos seguintes projectos a novos projectos de lojas Continente e Modelo (27.472.905 Euros).

8. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício de 2005 e 2004, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31-12-2005	31-12-2004
Saldo inicial	265.293.994	252.692.088
Novas empresas no consolidado (Nota 6)	3.363.961	-
Aquisição adicional de filiais	-	9.618.143
Diminuições (Nota 6)	(290.966.757)	-
Variação cambial	69.473.400	2.983.763
Saldo final	47.164.598	265.293.994

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.

A Diminuição do valor de Diferenças de Consolidação durante o ano de 2005, está associado à alienação das filiais no Brasil (Nota 6).

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31-12-2005		31-12-2004	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Investimentos em associadas				
Saldo em 1 de Janeiro	40.536.824	-	40.049.939	-
Aquisições durante o período	7.622.547	-		-
Alienações durante o período	(39.491.435)	-		-
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	(587.175)	-	486.885	-
Saldo em 31 de Dezembro	8.080.761	-	40.536.824	-
Outros Investimentos Financeiros - não correntes				
Saldo em 1 de Janeiro	1.278.095	-	1.278.095	-
Aquisições durante o exercício (Nota 6)	53.000.000	-		-
Alienações durante o exercício		-		-
Saldo em 31 de Dezembro	54.278.095		1.278.095	
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	(470.413)		(470.413)	
	53.807.682	-	807.682	-
Instrumentos Financeiros derivados (Nota 21)				
Justo valor em 1 de Janeiro		87.325.645		105.245.118
Aumento/(diminuição) no justo valor		(87.265.170)		(17.919.473)
Justo valor em 31 de Dezembro	-	60.475	-	87.325.645
Outros Investimentos Financeiros - correntes				
Saldo em 1 de Janeiro				
Aquisição durante o exercício (Nota 6)		10.500.000		
Saldo em 31 de Dezembro	-	10.500.000	-	-
Adiantamentos para Investimentos Financeiros				
Saldo em 1 de Janeiro	7.760.486	-	1.513.114	-
Aquisições concretizadas durante o período	(8.947.081)	-	6.217.993	-
Efeito da actualização cambial	1.186.595	-	29.379	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	7.760.486	-
	61.888.443	60.475	49.104.992	87.325.645

Os investimentos em associadas incluem diferenças de consolidação no valor de 7.478.262 euros (8.176.661 euros em 31 de Dezembro de 2004).

Durante o primeiro semestre foi alienada a associada Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A. a uma filial da Sonae, S.G.P.S.

O detalhe dos outros investimentos financeiros é como segue:

a) 1.278.095 euros, corresponde fundamentalmente a acções em empresas. Os investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As acções em empresas cotadas são registadas pelo seu justo valor.

b) 63.500.000 Euros relativos aos montantes depositados numa Escrow Account, estando este montante repartido entre activo corrente (10.500.000 Euros) e activo não corrente (53.000.000 Euros) de acordo com o prazo de vencimento da garantia prestada (Nota 6).

10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é o seguinte:

	31.12.05	31.12.04
Clientes e outros devedores	839.152	39.353.115
Estado e outros entes públicos	-	5.175.261
	839.152	44.528.376

Os valores registados a 31 de Dezembro de 2004 em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a Depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira (Nota 22), a qual foi alienada durante o exercício de 2005.

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é o seguinte:

	31.12.05	31.12.04
Outros devedores	85.310.181	129.966.336
Fornecedores c/c-saldos devedores	28.107.111	25.621.107
Regime esp.reg.dívidas ao Fisco e Seg.Social(Dec.Lei 248-A)	14.576.053	14.576.053
Iva-Imóveis	8.572.458	
Vendas de imobilizado	324.191	32.648.349
Vendas c/ créditos s/ terceiros	2.070.958	50.856.015
Outros	31.659.410	6.264.812
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	75.201.741	9.210
Outros empréstimos concedidos (Nota 30)	21.018.647	
	181.530.569	129.975.546
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 27)	(6.537.230)	(7.088.228)
	174.993.339	122.887.318

A rubrica "Outros" é constituída essencialmente por valores a receber relativos à venda das filiais no Brasil no montante de 8.550.000 Euros (Nota 6) e valores a receber de entidades relacionadas 17.585.870 euros referente a receitas com abertura de lojas.

A rubrica de "Adiantamentos a fornecedores de imobilizado" diz essencialmente respeito a um adiantamento por conta da aquisição de um conjunto de marcas comerciais à Sonae SGPS, S.A. no montante de 75.000.000 Euros (Nota 30).

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social, corresponde basicamente a impostos pagos, que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável para o Grupo.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é o seguinte:

Valores devedores	31.12.05	31.12.04
Imposto sobre o rendimento	7.734.512	7.563.016
Imposto sobre o valor acrescentado	29.048.377	26.168.984
Outros Impostos	1.010.183	157.426
	37.793.072	33.889.426

Valores credores	31.12.05	31.12.04
Imposto sobre o rendimento	11.322.140	10.198.013
Imposto sobre o valor acrescentado	10.702.313	19.715.220
Retenção na Fonte - IRS trabalho dependente	1.403.121	1.233.880
Contribuições para a Segurança Social	5.594.173	6.537.261
Outros Impostos e Retenção na Fonte	66.520	1.652.383
	29.088.267	39.336.757

13. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é o seguinte:

	31.12.05	31.12.04
Receitas comerciais	3.055.670	1.278.438
Juros a receber	252.324	-
Sinistros	330.085	-
Rendas	2.707.938	2.952.979
Serviços de gestão de condomínios	1.607.429	1.098.239
Seguros	1.038.293	129.920
Recuperação de custos a receber	918.279	682.196
Outros	751.801	111.552
	10.661.819	6.253.324

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Imputação do justo valor em aquisição filiais (Nota 6)	-	-	1.588.037	-
Homogeneização de amortizações	252.939	1.291.601	29.115.608	33.101.789
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	2.925.739	3.429.033	-	-
Anulação de imobilizações	11.100.684	11.681.306	-	-
Anulação de custos diferidos	37.385	211.763	-	-
Valorização de instrumentos derivados	47.738	3.670.378	16.631	3.593.966
Mais/menos-valias reinvestidas	-	-	3.726.929	3.808.597
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	3.040.768	3.119.094
Prejuízos fiscais reportáveis	9.761.891	39.447.542	-	-
	24.126.376	59.731.623	37.487.973	43.623.446

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foi como segue:

	31.12.05		31.12.04	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo inicial	59.731.623	43.623.446	61.697.269	44.004.607
Efeito em resultados:				
Anulação de imobilizações incorpóreas	(1.261.659)	-	(4.864.711)	-
Anulação de imobilizações corpóreas	78.801	-	1.225.133	-
Reavaliações	-	(78.281)	-	(167.972)
Homogeneização de amortizações	(1.256.961)	-	1.273.942	1.112.789
Anulação de acréscimos e diferimentos	(174.378)	245.436	(369.968)	(26.693)
Provisões do período não aceites para efeitos fiscais	99.000	-	1.534.239	-
Imparidade de activos	-	-	-	(1.299.217)
Instrumentos financeiros	(2.771.191)	(3.082.220)	(126.372)	(232.343)
Prejuizos fiscais reportáveis	2.150.084	-	(1.070.374)	-
Mais/menos valias reinvestidas	-	(81.669)	-	(75.559)
Outros	-	-	(230.668)	(123.770)
	(3.136.304)	(2.996.734)	(2.628.779)	(812.765)
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(851.449)	(495.160)	(1.350.882)	(1.094.121)
Efeito de conversão cambial	10.527.129	1.477.964	448.293	51.378
Efeito de variação de taxa de imposto	-	-	1.359.278	1.598.887
Outros	-	-	206.525	(124.540)
	9.675.680	982.804	663.214	431.604
Efeito de Variação de Perímetro (Nota 6)				
Aquisições	629.619	695	(81)	-
Imputação de justo valor em aquisição de filiais	-	1.588.037	-	-
Alienações	(42.774.242)	(5.710.275)	-	-
	(42.144.623)	(4.121.543)	(81)	-
Saldo final	24.126.376	37.487.973	59.731.623	43.623.446

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquelas datas, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31-12-05			31-12-04		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 1999				59.926	16.479	2005
Gerados em 2000				800.575	220.158	2006
Gerados em 2001	3.229.649	888.154	2007	3.003.074	825.846	2007
Gerados em 2002	12.876.252	3.540.969	2008	11.783.165	3.240.370	2008
Gerados em 2003	9.154.493	2.517.486	2009	8.262.433	2.272.169	2009
Gerados em 2004	2.848.318	783.287	2010	1.354.651	372.529	2010
Gerados em 2005	7.389.076	2.031.995	2011			
	35.497.788	9.761.891		25.263.824	6.947.551	
Sem limite de data de utilização						
Gerados em 1999				20.073.303	3.498.798	
Gerados em 2000				29.235.545	4.219.443	
Gerados em 2001				10.260.994	1.215.915	
Gerados em 2002				139.437.889	23.565.835	
				199.007.731	32.499.991	
				224.271.555	39.447.542	

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado dos ajustamentos de conversão para IAS. Nos casos em que esses ajustamentos originaram impostos diferidos activos, os mesmos só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das

empresas do Grupo Modelo Continente, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 252.556.905 Euros (191.008.457 Euros em 31 de Dezembro de 2004), cujos activos por impostos diferidos não se encontram registados numa óptica de prudência.

	31-12-05			31-12-04		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 1999				22.799	6.270	2005
Gerados em 2000	46.285	12.729	2006	1.939.192	533.278	2006
Gerados em 2001	2.079.478	571.856	2007	3.168.410	871.313	2007
Gerados em 2002	68.969.158	18.966.518	2008	77.144.025	21.214.607	2008
Gerados em 2003	64.524	17.744	2009	786.744	216.355	2009
Gerados em 2004	49.655	13.655	2010	36.700	10.092	2010
Gerados em 2005	181.347.805	49.870.646	2011			
	252.556.905	69.453.148		83.097.870	22.851.915	
Sem limite de data de utilização a)				107.910.587	29.675.411	
	252.556.905	69.453.148		191.008.457	52.527.326	

a) Os valores registados em 31 de Dezembro de 2004, sem limite de data de utilização são referentes às actividades descontinuadas em 2005.

15. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.05	31.12.04
Mercadorias	335.902.568	397.854.239
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 27)	(10.696.473)	(10.336.473)
	325.206.095	387.517.766

O custo das vendas, incluindo o montante relativo a actividades descontinuadas, nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2005 e 2004 ascendeu a 3.048.279.835 Euros e 2.801.321.985 Euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31.12.05	31.12.04
Existências iniciais	397.854.239	390.623.777
Efeito da conversão cambial	32.630.323	1.460.129
Variação de perímetro-Aquisições	541.845	-
Variação de perímetro-Alienações (Nota 6)	(137.142.840)	-
Compras	3.098.876.922	2.813.859.791
Regularizações de existências	8.938.086	12.403.946
Existências finais	335.902.568	397.854.239
	3.047.919.835	2.795.685.512
Perdas de imparidade (Nota 27)	360.000	5.636.473
	3.048.279.835	2.801.321.985

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de existências', em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, referem-se, essencialmente, a regularizações de descontos concedidos ou a conceder por fornecedores, que estão incluídas no valor de existências.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.12.05	31.12.04
Numerário	1.964.645	1.943.338
Depósitos bancários	555.850.840	245.778.386
Aplicações de tesouraria	6.040.511	12.375.000
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	563.855.996	260.096.724
Descobertos bancários (Nota 19)	(3.082.347)	(4.387.405)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	560.773.649	255.709.319

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante podendo ser imediatamente mobilizáveis.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma. Nessa data a sociedade e suas filiais não detinham acções próprias.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2005:

Entidade	%
Sonae, S.G.P.S, S.A.	75,64
Banco Santander Totta, S.A.	22,42

A Sonae S.G.P.S., S.A. é controlada pela Efanor Investimentos S.G.P.S., S.A. e suas Filiais em 56,7%.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa apresentava 90.200.000 Euros (86.000.000 em 31 de Dezembro de 2004) relativos a reservas legais as quais não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizadas para absorver prejuízos fiscais, depois de esgotadas as outras reservas ou incorporadas em capital.

18. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram os seguintes:

	31.12.05	31.12.04
Saldo inicial em 1 de Janeiro	7.331.008	11.214.733
Variações de capitais próprios - Aquisição filial	27.539	(5.787.394)
Variação de capitais próprios das empresas filiais		(57.100)
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	1.359.187	1.960.769
Saldo final em 31 de Dezembro	8.717.734	7.331.008

19. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.05				31.12.04			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	161.011.020	1.400.000	161.011.020	1.400.000	152.980.383	281.585.260	152.980.383	297.175.551
Empréstimos obrigacionistas	-	592.279.778	-	597.000.000	-	177.958.653	-	182.000.000
Outros empréstimos	-	326.063	-	326.063	-	134.888.140	-	129.999.755
Descobertos bancários (Nota 16)	3.082.347	-	3.082.347	-	4.387.405	-	4.387.405	-
Instrumentos financ. derivados (Nota 21)	198.293	-	-	-	92.486.786	-	-	-
	164.291.660	594.005.841	164.093.367	598.726.063	249.854.574	594.432.053	157.367.788	609.175.306
Locações financeiras (Nota 20)	4.119.488	8.197.376	4.119.488	8.197.376	1.748.644	13.094.122	1.748.644	13.094.122
	168.411.148	602.203.217	168.212.855	606.923.439	251.603.218	607.526.175	159.116.432	622.269.428

Os empréstimos (incluindo empréstimos bancários e locação financeira) são reembolsáveis nos seguintes anos:

	31.12.05	31.12.04
2005		159.116.432
2006	168.212.855	431.478.274
2007	4.191.861	3.675.959
2008	1.978.287	1.680.863
2009	101.629.680	101.588.042
2010	266.924.755	1.846.290
Após 2010	232.198.856	82.000.000
	775.136.294	781.385.860

Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000
Modelo Continente / 2005/2010	265.000.000
Modelo Continente / 2005/2012	150.000.000

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.
Taxa de Juro anual:
A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a.
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.
Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE /2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.
Taxa de Juro anual:
A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a.
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.
Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 1.000 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.
Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a.
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.
Reembolso: - Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º ano de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.
Reembolso antecipado:(Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo, mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.
Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.
Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.
Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Empréstimos Bancários – não correntes

Empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, cujo valor em dívida ascende a 2.800.000 euros, reembolsável até 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Actualmente encontram-se classificados na rubrica de “empréstimos correntes” 1.400.000 euros;

Outros empréstimos – não correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica corresponde ao montante de subsídios reembolsáveis atribuídos pelo IAPMEI ao abrigo da Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE). Estes subsídios não vencem juros e foram atribuídos por um período de 12 anos, com um período de carência de reembolso de 3 anos após atribuição. Os subsídios são reembolsáveis em parcelas semestrais iguais, ocorrendo o primeiro reembolso 6 meses após o período de carência.

20. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.05	31.12.04
Bens adquiridos com recurso a locação financeira:		
Terrenos e edifícios	13.414.106	13.747.647
Equipamento administrativo	4.662.255	7.264.921
	18.076.361	21.012.568

Credores por locações financeiras	Pagamentos mínimos da locação financeira	Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
Montantes a pagar por locações financeiras:	31.12.05	31.12.05	31.12.04
2005			1.748.644
2006	4.408.134	4.119.488	6.138.897
2007	2.968.942	2.773.340	1.950.627
2008	2.073.632	1.942.058	1.566.493
2009	1.675.571	1.593.451	1.589.644
2010	1.920.862	1.888.527	1.848.461
	13.047.141	12.316.864	14.842.766
Juros futuros	(730.277)		
	12.316.864		
Componentes de curto prazo		4.119.488	1.748.644
Credores por locações financeiras-liquidos da parcela de curto prazo		8.197.376	13.094.122

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2005, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, como forma de cobertura da exposição do Grupo às flutuações da taxa de câmbio.

Em 31 de Dezembro de 2005, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	31.12.05	31.12.04
Activos	60.475	307.485
Passivos	-	(573)
	60.475	306.912

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados para os quais não foi possível aplicar a contabilização de cobertura, ascenderam a 61.048 euros e foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de resultados financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo mantinha ainda contratadas opções de compra de moeda como forma de cobertura de justo valor de instrumentos financeiros derivados resultantes da contratação de um empréstimo. O justo valor estimado destas opções, o qual é idêntico ao justo valor estimado dos instrumentos financeiros derivados cobertos ascendia a 5.494.113 euros, tendo sido objecto de registo os correspondentes activo e passivo. Estes derivados foram alienados durante o exercício de 2005 em virtude do empréstimo obtido subjacente a essas coberturas ter sido amortizado antecipadamente.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2005, respeitam, fundamentalmente, a "swaps" contraídos com o objectivo de assegurar a cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos obtidos pelo Grupo. Durante o exercício de 2005, o passivo subjacente a esses instrumentos derivados foi reembolsado antecipadamente pelo que, de acordo com as politicas contabilísticas adoptadas, estes derivados deixaram de cumprir os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura, embora continue a contribuir para a redução da exposição do Grupo à variação das taxas de juro.

O justo valor ascende a:

	31.12.05	31.12.04
Passivos	(198.293)	(1.204.549)
	(198.293)	(1.204.549)

Estes instrumentos de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado.

A selecção das contrapartes dos derivados é efectuada com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo, esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de rating atribuída por empresas de rating de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são Instituições Financeiras de primeira linha de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo tinha contratados derivados de taxa de juro com o objectivo de cobrir o justo valor de determinados empréstimos de taxa fixa, cuja amortização ocorreu durante o exercício de 2005. O Grupo procedeu então à alienação desses instrumentos derivados. O justo valor destes instrumentos derivados ascendiam a 8.823.290 euros.

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo mantinha contratados instrumentos derivados que incorporavam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro. Destinavam-se fundamentalmente a eliminar a volatilidade de activos e passivos cobertos e dos respectivos juros originada por variações das taxas de câmbio. Com a ocorrência da amortização antecipada dos activos e passivos subjacentes, o Grupo procedeu à alienação dos respectivos instrumentos de cobertura.

O justo valor destes instrumentos de cobertura encontram-se discriminados no quadro abaixo.

	31.12.05	31.12.04
Activos	-	72.700.757
Passivos	-	(85.787.551)
	-	(13.086.794)

Justo valor de instrumentos derivados financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos (Nota 9)		Passivos (Nota 19)	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Derivados de especulação	60.475	-	198.293	573
Derivados de cobertura		87.325.645	-	92.486.213
	60.475	87.325.645	198.293	92.486.786

22. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.12.05	31.12.04
Empresas participantes (Nota 30)	14.398.994	14.325.652
Outras dívidas a terceiros não correntes	1.233.523	28.358.606
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 23)	2.086.929	1.654.230
	17.719.446	44.338.488

Em 31 de Dezembro de 2004 a rubrica "Outras dívidas a terceiros não correntes" correspondia essencialmente aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros devedores não correntes (Nota 10). Esta filial foi alienada durante o exercício de 2005.

O valor da rubrica Empresas participantes corresponde a um empréstimo concedido por um accionista de uma empresa filial, o qual vence juros a taxas de mercado. O justo valor deste empréstimo é aproximadamente o seu valor contabilístico.

23. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Modelo Continente concedeu, em 2005 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Modelo Continente na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos são valorizadas nos termos da nota 2.12 e em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor 31.12.05	Justo Valor 31.12.04
Acções					
	2002	2005	40		950.383
	2003	2006	40	5.050.842	1.817.349
	2004	2007	49	2.215.319	1.327.994
	2005	2008	41	1.830.150	
Total				9.096.311	4.095.726

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas, desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

Registado em outros passivos não correntes (Nota 22)	2.086.929	1.654.230
Registado em outros passivos correntes (Nota 25)	5.050.842	950.383
Registado em reservas	(1.654.230)	(1.239.372)
Valor registado em custos com pessoal	5.483.541	1.365.241

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em custos com pessoal. Os pagamentos efectuados relativos a prémios de desempenho diferido ascenderam, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 a 1.485.596 euros (715.598 euros em 31 de Dezembro de 2004).

24. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.05	31.12.04
Fornecedores, conta corrente	462.356.092	594.780.789
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	136.128.613	133.125.876
	598.484.705	727.906.665

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

25. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

		31.12.05	31.12.04
	Empresas participadas e participantes	340.395	766.498
	Credores por fornecimentos de imobilizado	46.071.845	25.268.603
	Valores a pagar a entidades relacionadas	8.396.819	
a)	Outras dívidas	30.020.947	44.774.853
	Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 23)	5.050.842	950.383
		89.880.848	71.760.337

a) Na rubrica de "outras dívidas", está registada uma opção de venda que a Sociedade concedeu aos accionistas de uma participada alienada durante o exercício no montante de 74.139.801 reais, aproximadamente 27 milhões de euros sobre acções dessa participada. Na sequência do exercício dessa opção de venda, a Sociedade irá revender essas acções pelo montante de 8.550.000 Euros conforme acordos efectuados em consequência da alienação daquela subsidiária (Nota 6).

26. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.12.05	31.12.04
Custos com Pessoal	45.838.755	46.672.390
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 23)	5.050.842	950.383
Encargos financeiros a pagar	6.577.431	4.189.348
Publicidade e propaganda	4.628.911	5.025.097
Outros fornecimentos e serviços externos	3.258.734	5.793.309
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	3.906.273	5.112.384
Outros passivos	806.434	9.938.155
	70.067.380	77.681.066

A rubrica de "Custos com Pessoal" diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício de 2006 referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

27. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos a)	Var.Perímetro c)	Diminuições		Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 9)	470.413	-		-		470.413
Perdas de imparidade - Clientes CP	12.497.254	1.095.707	(2.152.857)	(1.167.543)	d)	10.272.561
Perdas de imparidade devedores diversos CP (Nota 11)	7.088.228	441.339		(992.337)		6.537.230
Perdas de imparidade-existencias de mercadorias (Nota 15)	10.336.473	360.000				10.696.473
Provisões passivos não correntes	17.251.593	37.179.053	(23.357.243)	(3.297.474)	b)	27.775.929
Provisões passivos correntes	643.195	3.491.080	(1.311.802)	(2.822.473)		-
	48.287.156	42.567.179	(26.821.902)	(8.279.827)		55.752.606

a) Nos aumentos está incluído o valor de 5.290.410 euros, referente à variação cambial, tendo sido contabilizado em Reservas de conversão, bem como 27.000.000 euros para eventuais custos a incorrer com a alienação das filiais do Brasil (Nota 6) e que foram registados na demonstração de resultados em "Resultados relativos a investimentos". Adicionalmente, o montante de 360.000 Euros de perdas de imparidade para existências foi registado por contrapartida do Custo das Vendas.

b) Foi revertida uma provisão para cobertura de perdas acumuladas registadas por uma empresa associada no valor de (3.297.474) euros, bem como o valor de (643.194) euros relativo a reversão de provisões registado na demonstração de resultados em "Outros proveitos operacionais".

c) Os valores registados na "variação de perímetro" são referentes à alienação das filiais do Brasil.

d) Nas diminuições de "perdas de imparidade para clientes", está incluída uma reversão de 1.074.930 euros, contabilizada na demonstração de resultados em "Proveitos operacionais"

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

28. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	31.12.05		31.12.04
Garantias prestadas:			
por processos fiscais em curso	54.009.154	a)	36.080.134
por processos autárquicos em curso	8.439.969		7.782.492
Outras	4.538.251		4.638.101

a) Inclui garantias de 27.257.082 euros relativos a processos de IRC, bem como garantias de 25.543.999 euros relativos a processos de IVA.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo não tinha assumido compromissos para a aquisição de imobilizado ou outro tipo de compromissos financeiros não reflectidos no balanço.

30. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 podem ser resumidos como segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos		Juros auferidos		Juros suportados	
Transacções	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Empresa - Mãe	265.836	351.731	600.522	553.687	636.486	525.883	15.749	106.029
Empresas associadas	1.587.795	694.605	2.449.367	2.095.313	47.413			
Empresas participadas	46.462.392	43.328.157						
Empresas participantes							386.267	331.340
Outras partes relacionadas	14.622.828	39.360.087	97.712.882	94.809.927	303.137		121.233	1.129
	62.938.851	83.734.580	100.762.771	97.458.927	987.036	525.883	523.249	438.498

	Imobilizado aquisições		Imobilizado alienações	
Transacções de imobilizado	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Outras partes relacionadas	74.146.665	41.994.151	36.099	8.829.306
	74.146.665	41.994.151	36.099	8.829.306

					Empréstimos			
	Contas a receber		Contas a pagar		Obtidos		Concedidos	
Saldos	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Empresa - Mãe	75.000.000		260.400	210.018			13.861.000	
Empresas associadas	166.988	608.077	241.837	90.003			7.107.000	
Empresas participadas	12.498.470	6.969.998	83.436					
Empresas participantes			45.955		14.325.652	14.325.652		
Outras partes relacionadas	20.258.645	36.762.645	40.054.083	22.844.299	73.338			
	107.924.103	44.340.720	40.685.711	23.144.320	14.398.990	14.325.652	20.968.000	-

Os montantes registados como empréstimos obtidos de empresas participantes correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

A contas a receber na rubrica de Empresa Mãe, no valor de 75 milhões de Euros, referem-se a um adiantamento da Sonae SGPS referente a compra de marcas do Grupo Modelo Continente.

Em "Outras partes relacionadas" estão registados as transacções com empresas do Grupo Sonae.

31. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2005, os membros do Conselho de Administração remunerados pela sociedade ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo auferiram remunerações totais de 3.086.159 Euros, das quais 1.801.493 Euros a título de prémio de desempenho.

32. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2005 e 2004 foram como segue:

	31.12.05	31.12.04
Vendas		
Actividades continuadas	2.726.117.684	2.600.451.837
Actividades descontinuadas	1.135.533.327	977.151.427
	3.861.651.011	3.577.603.264
Prestações de Serviços		
Actividades continuadas	19.272.399	20.401.881
Actividades descontinuadas	3.701.147	2.163.782
	22.973.546	22.565.663

33. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2005 e 2004 é a seguinte:

	31.12.05			31.12.04		
	Actividades Continuadas	Descontinuadas	Total	Actividades Continuadas	Descontinuadas	Total
a) Proveitos suplementares	253.516.679	31.821.479	285.338.158	202.570.766	29.619.713	232.190.479
Benefícios de penalidades contratuais	8.464	-	8.464	67.692	-	67.692
Subsídios à exploração	-	-		12.279	-	12.279
b) Ganhos na alienação imobil. corpóreas	210.497	39.462.240	39.672.737	5.346.673	-	5.346.673
Reversão de perdas de imparidade	2.141.113	2.179.278	4.320.391	-	-	-
c) Outros proveitos	13.337.537	-	13.337.537	6.859.233	24.715.184	31.574.417
	269.214.290	73.462.997	342.677.287	214.856.643	54.334.897	269.191.540

a) A rubrica de Proveitos Suplementares diz essencialmente respeito a comparticipações em campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do Grupo Modelo Continente .

b) Em 31 de Dezembro de 2005 os ganhos na alienação de imobilizações corpóreas, registado nas "actividades descontinuadas", são referentes, fundamentalmente, à alienação de 10 estabelecimentos comerciais no Estado de S.Paulo (Brasil), efectuada durante o primeiro semestre.

c) Em 31 de Dezembro de 2004, o valor registado em "actividades descontinuadas", na rubrica de "Outros proveitos", inclui cerca de 23 milhões de euros relativos, fundamentalmente, a impostos recuperados de ICMS-imposto de circulação de mercadorias e serviços.

34. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos exercícios de 2005 e 2004 é a seguinte:

	31.12.05			31.12.04		
	Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total	Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total
Custos com terminais pag. automático	18.352.429	9.799.072	28.151.501	17.427.870	7.914.709	25.342.579
Imposto municipal sobre imóveis	1.723.252	2.580.612	4.303.864	2.198.601	2.574.297	4.772.898
Outros impostos	1.569.010	6.452.213	8.021.223	3.268.072	5.351.763	8.619.835
Perdas na alienação de imobil. corpóreas	3.067.912	6.349.117	9.417.029	3.961.453	1.714.815	5.676.268
Perdas na alienação de imobil. incorpóreas	-	-	-	1.327.905	-	1.327.905
Donativos	5.003.420	-	5.003.420	4.491.517	-	4.491.517
Multas e penalidades	197.117	303	197.420	264.869	-	264.869
Dividas incobráveis	3.584.351	-	3.584.351	911.128	-	911.128
Outros custos	6.609.009	1.825.908	8.434.917	7.420.424	5.698.516	13.118.940
	40.106.500	27.007.225	67.113.725	41.271.839	23.254.100	64.525.939

35. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2005 e 2004 têm a seguinte decomposição:

	31.12.05			31.12.04		
		Actividades			Actividades	
	Continuadas	Descontinuadas	Total	Continuadas	Descontinuadas	Total
Custos e perdas:						
Juros suportados						
relativos a empréstimos e descob. bancários	(8.577.746)	(14.678.898)	(23.256.644)	(16.311.742)	(15.782.356)	(32.094.098)
relativos a obrigações não convertíveis	(10.897.693)		(10.897.693)	(5.191.994)		(5.191.994)
relativos a contratos de locação financeira	(347.744)		(347.744)	(390.406)		(390.406)
outros	(1.550.676)	(107.238)	(1.657.914)	(5.918.093)		(5.918.093)
	(21.373.859)	(14.786.136)	(36.159.995)	(27.812.235)	(15.782.356)	(43.594.591)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.280.450)	(230.415)	(1.510.865)	(466.057)	(1.287.372)	(1.753.429)
Perdas na valoriz. instrum. derivados cobertura	(7.820.937)		(7.820.937)	(2.154.710)		(2.154.710)
a) Outros custos e perdas financeiras	(11.617.651)	(14.605.688)	(26.223.339)	(11.525.368)	(13.315.651)	(24.841.019)
	(42.092.897)	(29.622.239)	(71.715.136)	(41.958.370)	(30.385.379)	(72.343.749)
Resultados financeiros	(27.568.281)	(18.424.666)	(45.992.947)	(28.629.906)	(25.634.925)	(54.264.831)
Proveitos e ganhos						
Juros obtidos	6.742.205	1.008.315	7.750.520	5.294.202	81.724	5.375.926
Diferenças de câmbio favoráveis	2.184.461	244.534	2.428.995	163.369	171.769	335.138
Desconto de pronto pagamento obtidos	96.192	4.352.351	4.448.543	115.762	1.607.555	1.723.317
Ganhos valoriz. Instrum. derivados cobertura	2.906.092		2.906.092	6.906.537		6.906.537
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.595.666	5.592.373	8.188.039	848.594	2.889.406	3.738.000
	14.524.616	11.197.573	25.722.189	13.328.464	4.750.454	18.078.918

a) Os outros custos e perdas financeiras incluem basicamente despesas com vendas a crédito e imposto sobre movimentos financeiros no Brasil.

36. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	31.12.05	31.12.04
Imposto corrente	16.959.122	14.475.345
Imposto diferido	139.570	1.816.014
	17.098.692	16.291.359

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.05	31.12.04
Resultado antes de Imposto	232.580.449	137.340.627
Taxa de Imposto	27,50%	27,50%
	(63.959.623)	(37.768.672)
Utilização de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas	1.362.665	27.217.189
Não constituição de Activos por impostos diferidos relativos a:		
Prejuízos Fiscais	(58.919.819)	(15.881.052)
Provisões e perdas de Imparidade	(7.413.721)	(57.335)
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	(684.674)	375.394
Diferentes taxas de IRC	3.928.177	2.105.043
Diferentes taxas de Derrama	50.108	218.384
Ajustamentos à matéria colectável do exercício	108.538.195	7.499.690
Imposto sobre o rendimento	(17.098.692)	(16.291.359)

Os ajustamentos à matéria colectável do exercício, são essencialmente resultantes do diferencial entre mais e menos valias financeiras fiscais e contabilísticas.

37. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.05			31.12.04		
	Actividades			Actividades		
	Continuadas	Descontinuadas	Total	Continuadas	Descontinuadas	Total
Resultados						
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	121.789.214	92.333.356	214.122.570	120.377.336	(1.288.837)	119.088.499
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	121.789.214	92.333.356	214.122.570	120.377.336	(1.288.837)	119.088.499
Número de acções						
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.100.000.000		1.100.000.000	1.100.000.000		1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	1.100.000.000		1.100.000.000	1.100.000.000		1.100.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)	0,11		0,19	0,11		0,11

38. DIVIDENDOS

Na Assembleia-geral Anual de 5 de Abril de 2005 não foram atribuídos dividendos.

39. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os segmentos geográficos identificados nos exercícios de 2005 e 2004 foram os seguintes:

- Portugal
- Brasil

Os contributos dos principais segmentos para a Demonstração de Resultados consolidada em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 podem ser analisados como segue:

euros

	Portugal		Brasil		Consolidado	
	31-12-2005	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2004
Proveitos operacionais						
Vendas líquidas	2.726.117.684	2.600.451.837	1.135.533.327	977.151.427	3.861.651.011	3.577.603.264
Cash-flow operacional (EBITDA) **a)**	234.506.706	232.758.507	54.790.642	46.298.794	289.297.348	279.057.301
Resultados Operacionais (EBIT)	165.598.737	167.415.972	23.359.515	24.643.994	188.958.252	192.059.966
FTE's	19.438	17.810	19.640	20.471	39.078	38.281
Nr. lojas	335	282	-	170	335	452
Área de venda ('000 m^2)	495	433	-	437	495	870

a) Resultado operacional mais amortizações, depreciações mais provisões

Os valores relativos ao segmento Brasil em 31 de Dezembro de 2005, referem-se na quase totalidade a actividades descontinuadas.

Os contributos dos principais segmentos do balanço consolidado podem ser analisados como segue:

euros

	Portugal		Brasil		Descontinuadas	Consolidado	
	31-12-2005	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2004	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2004
Imobilizado	1.270.447.432	1.008.513.729	59.483.692	42.521.926	457.513.302	1.329.931.124	1.508.548.957
Existências	325.206.095	285.395.226			102.122.540	325.206.095	387.517.766
Outros activos	817.205.420	450.420.508	24.112.418	4.115.672	180.490.604	841.317.838	635.026.784
Total do activo	2.412.858.947	1.744.329.463	83.596.110	46.637.598	740.126.446	2.496.455.057	2.531.093.507
Dívidas a terceiros	1.445.810.610	1.425.945.727	30.552.239	980.327	281.679.888	1.476.362.849	1.708.605.942
Outros passivos	137.418.211	140.994.992	27.337.853	872.641	31.197.364	164.756.064	173.064.997
Total do passivo	1.583.228.821	1.566.940.719	57.890.092	1.852.968	312.877.252	1.641.118.913	1.881.670.939
Investimento imobilizado corpóreo e incorpóreo	351.888.632	87.502.601	46.028.523	207.584	42.374.550	397.917.155	130.084.735
Imobilizado financeiro em associadas	8.080.761	40.536.824				8.080.761	40.536.824
Provisões para investimentos financeiros-MEP a)	(3.297.474)	505.535				-3.297.474	505.535

a) No exercício de 2005 foi revertida uma provisão no valor de (3.297.474) euros para cobertura de perdas acumuladas registadas por uma empresa associada.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembleia Geral vai ser apresentada uma proposta para distribuição de dividendos de 0,05 euros por acção, num total de 55 milhões de euros.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2006, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da Legislação Comercial em vigor em Portugal.

42. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS "INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS"

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o "IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards", sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor em 1 de Janeiro de 2004 pode ser detalhada como segue:

	1-01-04			31-12-04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.230.027.490	(62.106.228)	1.167.921.262	1.246.965.252	(52.815.281)	1.194.149.971
Diferenças de consolidação		252.692.088	252.692.088		265.293.994	265.293.994
Investimentos	35.452.413	6.897.823	42.350.236	41.221.322	7.883.670	49.104.992
Impostos diferidos activos		61.697.269	61.697.269		59.731.623	59.731.623
Outros activos não correntes	48.826.105	219.536	49.045.641	44.528.377	(1)	44.528.376
Total de activos não correntes	1.314.306.008	259.400.488	1.573.706.496	1.332.714.951	280.094.005	1.612.808.956
ACTIVOS CORRENTES:						
Existências	385.923.777		385.923.777	387.517.766		387.517.766
Outros activos correntes	163.620.370	(53.082.518)	110.537.852	242.652.563	(59.308.147)	183.344.416
Investimentos	136.079.991	109.969.542	246.049.533		87.325.645	87.325.645
Caixa e equivalentes de caixa	182.262.567	7.058	182.269.625	260.007.397	89.327	260.096.724
Total de activos correntes	867.886.705	56.894.082	924.780.787	890.177.726	28.106.825	918.284.551
TOTAL DO ACTIVO	2.182.192.713	316.294.570	2.498.487.283	2.222.892.677	308.200.830	2.531.093.507
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	1.100.000.000		1.100.000.000	1.100.000.000		1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados	(768.814.739)	190.131.087	(578.683.652)	(776.614.877)	199.617.937	(576.996.940)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe			-	114.415.880	4.672.619	119.088.499
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe	331.185.261	190.131.087	521.316.348	437.801.003	204.290.556	642.091.559
Interesses Minoritários	30.592.482	(19.377.758)	11.214.724	18.860.054	(11.529.046)	7.331.008
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	361.777.743	170.753.329	532.531.072	456.661.057	192.761.510	649.422.567
PASSIVO:						
PASSIVOS NÃO CORRENTES:						
Empréstimos	591.051.863	17.973.125	609.024.988	609.175.306	(1.648.131)	607.527.175
Outros passivos não correntes	52.220.078	2.394.232	54.614.310	55.634.373	(11.295.885)	44.338.488
Impostos diferidos passivos		44.004.607	44.004.607		43.623.446	43.623.446
Provisões	5.838.834	3.498.779	9.337.613	17.237.462	14.131	17.251.593
Total de passivos não correntes	649.110.775	67.870.743	716.981.518	682.047.141	30.693.561	712.740.702
PASSIVOS CORRENTES:						
Empréstimos	327.807.132	(37.071)	327.770.061	157.278.460	94.324.758	251.603.218
Outros passivos correntes	842.560.421	77.921.310	920.481.731	926.440.178	(9.755.353)	916.684.825
Provisões	936.642	(213.741)	722.901	465.841	177.354	643.195
Total de passivos correntes	1.171.304.195	77.670.498	1.248.974.693	1.084.184.479	84.746.759	1.168.931.238
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2.182.192.713	316.294.570	2.498.487.283	2.222.892.677	308.201.830	2.531.094.507

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	01.01.04	31.12.04
Ajustamentos às demonstrações financeiras POC		
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas líquidas de perdas por imparidade	252.692.088	265.293.994
Ajustamentos de conversão para IFRS		
Divída líquida incluindo valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	12.531.386	9.504.431
Impostos diferidos na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	6.383.037	76.412
Abate de imobilizações	(55.208.401)	(44.931.610)
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	7.223.463	13.345.825
Consolidação de empresas anteriormente excluídas	2.092	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(5.941.519)	(11.608.031)
Outros passivos correntes	(41.499.267)	(38.479.738)
Outros	(5.429.550)	(439.773)
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	(81.938.759)	(72.532.484)
Total dos ajustamentos	170.753.329	192.761.510

Os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

Diferenças de consolidação

Em IFRS, o normativo obriga a reconhecer o montante de goodwill decorrente das operações de aquisição e associação efectuadas pela empresa, expresso em moeda local no activo. Este montante é posteriormente traduzido para a moeda de referência do balanço, de acordo com a taxa de câmbio que vigora à data do balanço sendo as diferenças cambiais resultantes registadas em capitais próprios. Este procedimento difere da prática que a Modelo Continente vinha a adoptar e que, numa opção conservadora e conhecida do mercado, anulou, a partir de 2001, o goodwill apurado à data por contrapartida de reservas, a qual por si só já diferia da abordagem preconizada pelo POC.

As diferenças de consolidação originadas nas aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal reexpressos na moeda da subsidiária retrospectivamente. As diferenças geradas neste processo de conversão foram registadas directamente em Resultados Transitados de acordo com o exposto no IFRS 1.

Com a adopção das IFRS, a Empresa passa a registar 265.293.994 euros no seu activo. Deste montante, aproximadamente 216 milhões de Euros dizem respeito às operações efectuadas no mercado brasileiro, estando o valor remanescente atribuído às operações realizadas em Portugal.

Estes montantes serão alvo de testes de imparidade regulares, pelo que, não serão sujeitos a qualquer tipo de amortização periódica

Imobilizações

As imobilizações adquiridas até 1 de Janeiro de 2004, encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O montante do ajustamento no imobilizado corpóreo e incorpóreo no balanço em 31 de Dezembro de 2004 ascendeu a 44.931.610 euros

Impostos diferidos

O ajustamento relativo a impostos diferidos respeita ao impacto das situações de diferimento de impostos, sempre que haja lugar a diferenças temporais entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais. No ano de 2004, este ajustamento ascende a 13.422.237 euros, maioritariamente resultante da anulação de imobilizações no balanço da empresa, tal como mencionado na nota anterior.

Adicionalmente, o montante de impostos diferidos anteriormente registados em POC na rubrica acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas Outros activos correntes e Outros passivos correntes foi reclassificada para as rubricas Impostos diferidos activos e passivos como activos e passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos correntes

Com a adopção das IFRS, a Modelo Continente passou a registar a opção de venda concedida a terceiros sobre acções das suas participadas no Brasil. Este procedimento previsto no novo normativo traduzia-se numa diferença para as contas consolidadas apresentadas em POC de 38.479.738 euros em 31 de Dezembro de 2004 (41.499.267 euros em 1 de Janeiro de 2004), sendo este o valor estimado para concretizar a prazo a detenção integral do capital da operação brasileira pela Modelo Continente (tal como detalhado nas notas explicativas ao relatório de gestão anual de 2004, elaborado e apresentado ainda em POC).

Acréscimos e diferimentos e dívida financeira líquida (incluindo o valor de mercado de derivados)

O ajustamento na rubrica de acréscimos e diferimentos totaliza cerca de 11.608.031 euros e é maioritariamente explicado pela imputação das dotações de juros resultante da contabilização dos derivados ao justo valor e reconhecimento dos custos de montagem de empréstimos que passam a ser deduzidos ao capital em dívida inicialmente registado.

Por seu lado, a dívida financeira líquida sofre uma diminuição de 9.504.431 euros que basicamente se justifica pelas razões apontadas em acréscimos e diferimentos, nomeadamente o reconhecimento dos custos de montagem dos empréstimos contraídos e avaliação ao justo valor dos derivados - instrumentos de cobertura - embutidos nesses empréstimos.

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.12.04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:			
Vendas	3.577.610.129	(6.865)	3.577.603.264
Prestações de serviços	22.565.663		22.565.663
Outros proveitos operacionais	218.652.446	50.539.094	269.191.540
Total de proveitos operacionais	3.818.828.238	50.532.229	3.869.360.467
Custos operacionais			-
Custo das vendas	(2.800.220.829)	(1.101.156)	(2.801.321.985)
Fornecimentos e serviços externos	(364.143.699)	(5.808.488)	(369.952.187)
Custos com o pessoal	(354.863.711)	308.250	(354.555.461)
Amortizações e depreciações	(96.134.174)	11.092.204	(85.041.970)
Provisões e perdas por imparidade	(8.601.039)	6.698.080	(1.902.959)
Outros custos operacionais	(15.920.812)	(48.605.127)	(64.525.939)
Total de custos operacionais	(3.639.884.264)	(37.416.237)	(3.677.300.501)
Resultados operacionais	178.943.974	13.115.992	192.059.966
Resultados financeiros	(51.334.951)	(2.929.880)	(54.264.831)
Resultados relativos a empresas associadas	(1.469.126)	909.477	(559.649)
Resultados relativos a investimentos	6.617.001	(6.511.860)	105.141
Resultado antes de impostos	132.756.898	4.583.729	137.340.627
Imposto sobre o rendimento	(16.747.685)	456.326	(16.291.359)
Resultado depois de impostos	116.009.213	5.040.055	121.049.268
Resultado consolidado do exercício	116.009.213	5.040.055	121.049.268

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	31.12.04
Anulação dos movimentos líquidos de amortizações	5.384.359
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	982.128
Anulação de custos diferidos	909.028
Aplicação do método de equivalência patrimonial a empresas associadas	909.477
Derivados e títulos negociáveis	(2.693.834)
Outros	(451.103)
Total de ajustamentos de conversão para IFRS	5.040.055

No Resultado líquido, os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

Amortizações e depreciações

Tal como o referido anteriormente na nota explicativa referente às variações das imobilizações, as grandes reparações de imobilizado são registadas directamente como custo do exercício, originando uma diminuição, em 2004, do valor das depreciações em 11.092.204 Euros.

Resultados financeiros

Diminuição de 2.929.880 euros nos resultados financeiros, resultante essencialmente de rendimentos de títulos de participação (4.724.424 euros). Em IFRS, estes títulos são valorizados pelo justo valor, pelo que no balanço de abertura já incluem parte do rendimento, que em POC só foi reconhecido no 1º trimestre de 2004 aquando da venda dos mesmos.

Além destes ajustamentos, importa referir as seguintes alterações, que apesar de não gerarem impacto ao nível da demonstração dos resultados, deverão ser consideradas pelas reclassificações que originam na estrutura da demonstração dos resultados:

Resultados extraordinários

Segundo o POC, as transacções fora do âmbito da actividade social ou afectando exercícios anteriores, são classificadas como “Resultados extraordinários”, não contribuindo para o indicador de cash-flow operacional (EBITDA). Em IFRS, não existe esta categoria, pelo que esses movimentos foram reclassificados para rubricas de carácter operacional segundo a sua natureza específica.

Provisões para depreciação de existências

Em POC as diminuições de valor das existências são apresentadas na rubrica “Provisões” enquanto em IFRS são registadas em “Custo das vendas”, o que explica a diminuição das provisões. Tal como é detalhado nas notas às demonstrações financeiras consolidadas de 2004, em POC, o valor de “Provisões” é, na sua maioria, justificado por provisões para depreciação de existências, explicando assim a redução que a rubrica “Provisões e perdas por imparidade” tem em IFRS por comparação com o POC.

Ao nível da demonstração de fluxos de caixa os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos, as quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para despesas operacionais.

Matosinhos, 27 de Fevereiro de 2006

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS

EXERCÍCIO 2005

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS 31-12-05	IFRS 31-12-04	POC 31-12-04
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações incorpóreas	5	700.988	981.308	711.196
Imobilizações corpóreas	5	10.851	9.231	5.539
Investimentos	4	1.321.128.781	1.339.448.230	2.195.471.837
Impostos diferidos activos	6	75.490	516.471	-
Empréstimos a empresas do grupo	7	312.434.192	855.553.195	-
Total de activos não correntes		1.634.350.302	2.196.508.435	2.196.188.572
ACTIVOS CORRENTES:				
Clientes	8	20.047.466	24.234.176	431.749
Empresas do grupo	10	795.283.310	800.763.459	824.565.886
Outras dívidas de terceiros	11	2.679.180	3.553.209	3.555.250
Estado e outros entes públicos	9	6.837.566	4.555.517	4.555.517
Outros activos correntes	12	78.080.147	1.267.655	8.850.382
Derivados	18	-	8.823.291	-
Caixa e equivalentes de caixa	13	450.008.364	45.271.844	45.271.844
Total de activos correntes		1.352.936.033	888.469.151	887.230.628
TOTAL DO ACTIVO		2.987.286.335	3.084.977.586	3.083.419.200
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	14	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas legais		90.200.000	86.000.000	86.000.000
Outras reservas		1.192.586.414	1.288.436.859	1.282.309.325
Resultados transitados		(4.364.161)	(176.018.548)	(176.018.549)
Resultado líquido do exercício		(227.707.550)	80.003.942	83.437.126
Total do capital próprio		2.150.714.703	2.378.422.253	2.375.727.902
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2.150.714.703	2.378.422.253	2.375.727.902
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos bancários de longo prazo - líquidos da parcela de curto prazo	15	1.400.000	2.800.000	2.800.000
Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela de curto prazo	15	592.279.778	177.958.653	182.000.000
Impostos diferidos passivos	6	157.879	1.712.480	-
Total de passivos não correntes		593.837.657	182.471.133	184.800.000
PASSIVOS CORRENTES:				
Parcela de curto prazo dos empréstimos bancários de longo prazo	15	161.011.020	1.188.353	-
Empréstimos bancários de curto prazo	15	293.292	30.490	1.230.489
Derivados	18	198.293	1.204.549	-
Fornecedores		12.872	18.825	18.825
Empresas do grupo	10	65.837.200	511.360.350	511.360.350
Outras dívidas a terceiros	16	37.701	12.980	12.980
Estado e outros entes públicos	9	4.928.417	5.847.240	5.847.240
Outros passivos correntes	17	10.415.180	4.421.413	4.421.414
Total de passivos correntes		242.733.975	524.084.200	522.891.298
TOTAL DO PASSIVO		836.571.632	706.555.333	707.691.298
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.987.286.335	3.084.977.586	3.083.419.200

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeira

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS E PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

		IFRS		IFRS		POC
	Notas	4ºTrimestre 05 (1)	31-12-05 Acumulado	4ºTrimestre 04 (1)	31-12-04 Acumulado	31-12-2004 Acumulado
Proveitos operacionais:						
Prestações de serviços	21	4.904.277	17.229.805	8.828.519	20.603.424	20.603.424
Outros proveitos operacionais	22	744.745	3.850.530	5.790.217	5.867.560	5.792.866
Total de proveitos operacionais		5.649.022	21.080.335	14.618.736	26.470.984	26.396.290
Custos operacionais:						
Fornecimentos e serviços externos		(291.212)	(1.175.075)	660.442	(1.162.425)	(1.162.425)
Custos com o pessoal		(1.896.462)	(4.496.066)	(872.185)	(3.381.227)	(3.381.226)
Amortizações e depreciações	5	(70.528)	(282.005)	(70.446)	(281.757)	(628.070)
Outros custos operacionais	23	(679.857)	(3.933.325)	412.084	(1.159.141)	(914.776)
Total de custos operacionais		(2.938.059)	(9.886.471)	129.895	(5.984.550)	(6.086.497)
Resultados operacionais		2.710.963	11.193.864	14.748.631	20.486.434	20.309.793
Resultados financeiros	24	4.731.475	27.231.812	8.633.709	28.046.184	32.888.051
Resultados relativos a investimentos	25	(298.551.911)	(282.531.246)	-	20.665.733	20.665.733
Resultados extraordinários						(566.174)
Resultado antes de impostos		(291.109.473)	(244.105.570)	23.382.340	69.198.351	73.297.403
Imposto sobre o rendimento	26	21.098.920	16.398.020	10.415.949	10.805.591	10.139.723
Resultado do exercício	27	(270.010.553)	(227.707.550)	33.798.289	80.003.942	83.437.126
Resultados por acção	27	(0,25)	(0,21)	0,03	0,07	0,08

(1) Demonstração de Resultados preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro mas não sujeitas a auditoria

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Social	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Liquído	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 (a)	29	1.100.000.000	86.000.000	1.288.797.305	(176.018.548)	-	2.298.778.757
Variação nas reservas							
Outros		-	-	(360.446)	-	-	(360.446)
Resultado líquido do exercício							
findo em 31 de Dezembro de 2004		-	-	-	-	80.003.942	80.003.942
Outros		-	-		-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	29	1.100.000.000	86.000.000	1.288.436.859	(176.018.548)	80.003.942	2.378.422.253
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	29	1.100.000.000	86.000.000	1.288.436.859	(176.018.548)	80.003.942	2.378.422.253
Aplicação do resultado de 2004:							
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2004		-	4.200.000	(95.850.445)	171.654.387	(80.003.942)	-
Resultado líquido do exercício							
findo em 31 de Dezembro de 2005		-	-	-	-	(227.707.550)	(227.707.550)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005		1.100.000.000	90.200.000	1.192.586.414	(4.364.161)	(227.707.550)	2.150.714.703

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

(a) Dado que 1 de Janeiro de 2004 é a data de transição para IFRS, o Resultado Líquido do exercício de 2003 está incluído na rubrica "Outras Reservas".

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-12-05	31-12-04
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimento de clientes		21.416.516	17.134.311
Pagamentos a fornecedores		1.080.290	739.610
Pagamentos ao pessoal		2.472.994	1.957.913
Fluxo Gerado Pelas Operações		17.863.232	14.436.788
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		(8.790.139)	(12.401.549)
Outros recebim./pagam.rel.à activ. Operacional		321.253	(416.382)
Fluxos das actividades operacionais (1)		26.974.624	26.421.955
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		624.849.075	2.992.788
Juros e proveitos similares		55.994.777	56.515.542
Dividendos		16.021.796	20.665.733
Empréstimos concedidos		2.734.783.617	2.123.499.539
		3.431.649.265	2.203.673.602
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(297.288.413)	(1.103.000)
Imobilizações corpóreas		(5.346)	-
Imobilizações incorpóreas		(75.000.000)	(1.602)
Empréstimos concedidos		(2.633.388.714)	(2.488.989.645)
		(3.005.682.473)	(2.490.094.247)
Fluxos das actividades de investimento (2)		425.966.792	(286.420.645)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.244.531.300	1.425.682.900
		1.244.531.300	1.425.682.900
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.274.792.300)	(1.348.842.125)
Juros e custos similares		(18.206.624)	(24.953.252)
Dividendos		(74)	(67)
		(1.292.998.998)	(1.373.795.444)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(48.467.698)	51.887.456
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		404.473.718	(208.111.234)
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	45.241.354	253.352.588
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	449.715.072	45.241.354

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Modelo Continente") é uma sociedade anónima, com acções cotadas na Euronext Lisboa, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal.

A Empresa tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 4).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2005, conforme adoptado na União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses ("POC") para esse normativo, é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 29 na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.5).

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, desde a data em que os activos estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

2.4. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço,

sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos concedidos a empresas filiais são mensurados de acordo com o seu custo amortizado.

e) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.
Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os

indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados. Quando existam derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor, estes são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo de cobertura de riscos financeiros não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação de instrumentos de cobertura, as variações de justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos Bancários de curto prazo, no balanço.

2.6. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae e/ou das suas filiais cotadas.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.7. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.8. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10. Imposto sobre o rendimento

A Modelo Continente encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.
Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de politicas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o detalhe da rubrica Investimentos era o seguinte:

euros

Empresa	31.Dezembro.2005		31.Dezembro.2004	
	% de detenção	Valor de Aquisição	% de detenção	Valor de Aquisição
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	100,00%	372.000	100,00%	272.000
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A.	10,00%	10.728.063	8,07%	5.924.043
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	24.940	100,00%	24.940
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário (1)	100,00%	43.913.700	—	—
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois (1)	99,98%	115.697.320	—	—
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	220.000	100,00%	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	—	—	10,00%	5.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	439.940	100,00%	189.940
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	109.736	100,00%	109.736
Infofield - Informática, S.A.	10,00%	420.459	10,00%	420.459
Marcas MC zRt	100,00%	79.545	—	—
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	100,00%	1.000.000.000	100,00%	1.000.000.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	46,20%	2.304.446	46,20%	2.304.446
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	37,35%	19.640.219	10,97%	72.034.667
Modelo, SGPS, S.A.	0,15%	562.444	0,15%	562.444
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	100,00%	11.387.016	100,00%	6.387.016
Modis, SGPS, Ldª. (2)	—	—	60,00%	1.197
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	100,00%	1.953.945	100,00%	1.953.945
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	10,00%	187.548	10,00%	187.548
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	25,00%	249.399	25,00%	249.399
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	100,00%	36.677.088	100,00%	36.677.088
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	10.000.000	100,00%	10.000.000
Soflorin, B.V.	100,00%	57.309.037	100,00%	57.309.037
Sonae, SGPS, S.A.	0,003%	53.500	0,003%	53.500
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	—	—	34,32%	129.510.898
Sonae Retalho España, S.A.	100,00%	2.549.832	100,00%	2.549.832
Sondis, B.V. (3)	—	—	100,00%	6.752.491
Sonvecap, B.V.	100,00%	3.000.000	100,00%	3.000.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	10,00%	706.326	10,00%	706.326
SRE - Projectos de Consultadoria, S.A.	100,00%	1.259.784	100,00%	1.259.784
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	100,00%	1.180.000	100,00%	680.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	10,00%	2.494	10,00%	2.494
		1.321.128.781		1.339.448.230

1) Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário Fechados adquiridas em 29 de Dezembro de 2005
2) Sociedade dissolvida a 23 de Dezembro de 2005
3) Sociedade dissolvida a 30 de Dezembro 2005

Os movimentos registados na rubrica de Investimentos durante os exercícios de 2005 e de 2004, é descriminada como se segue:

	31. Dezembro.2005	euros 31. Dezembro.2004
	Não Correntes	Não Correntes
Investimentos em Empresas do Grupo		
Saldo em 1 de Janeiro	1.336.086.244	1.207.802.075
Aquisições durante o exercício	291.438.413	-
Alienações durante o exercício	(176.660.640)	-
Outros	(270.116.242)	128.284.169
Saldo em 31 de Dezembro	1.180.747.775	1.336.086.244
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 19)	(28.912.413)	(470.413)
	1.151.835.362	1.335.615.831
Investimentos em Empresas Associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	249.399	249.399
Aquisições durante o exercício	-	-
Alienações durante o exercício	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	249.399	249.399
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	249.399	249.399
Prestações Suplementares		
Saldo em 1 de Janeiro	2.480.000	5.472.787
Aquisições durante o exercício	-	-
Alienações durante o exercício	-	(2.992.787)
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	2.480.000	2.480.000
Unidades de Participação em Fundos Investimento		
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Aquisições durante o exercício	159.611.020	-
Alienações durante o exercício	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	159.611.020	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	159.611.020	-
Entradas Facultativas de Capital		
Saldo em 1 de Janeiro	1.103.000	-
Constituição durante o exercício	5.850.000	1.103.000
Alienações durante o exercício	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	6.953.000	1.103.000
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	6.953.000	1.103.000
	1.321.128.781	1.339.448.230

O montante de 291.438.413 Euros registado na rubrica "Investimentos em empresas do grupo" corresponde à aquisição de 2% da sociedade Contimobe – Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.; à constituição da sociedade Marcas MC Zrt., e à cobertura de prejuízos efectuada na sociedade " Sondis B.V.", posteriormente dissolvida.

O montante de (176.660.640) Euros registado na rubrica "Investimentos em empresas do grupo" corresponde, fundamentalmente, à redução de capital da Sociedade Modelo Investimentos Brasil, S.A. em Dezembro.

O montante de (270.116.242) Euros registado na linha "Outros" de na rubrica "Investimentos em empresas do grupo" corresponde à dissolução da sociedade Sondis B.V. no montante de 293.307.339 Euros (Nota 25), líquido do proveito registado com o aumento de capital na sociedade Modelo Investimentos Brasil, S.A totalmente realizado mediante a entrega de 34,32% da participação detida na sociedade Sonae Distribuição Brasil, S.A. no montante de 23.191.097 Euros (Nota 25).

A 29 de Dezembro a sociedade procedeu à aquisição, no montante de 159.611.020 Euros de 100% das Unidades de Participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário, Efisa Imobiliário e de 99,98% das Unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Imosonae Dois.

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido na rubrica de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Activo Bruto euros

Rubricas	Saldo Inicial 2003-12-31	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 2004-12-31
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	1.400.000	1.602		1.401.602
	1.400.000	1.602		1.401.602
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	14.633			14.633
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	34.374			34.374
	1.434.374	1.602		1.435.976

Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas euros

Rubricas	Saldo Inicial 2003-12-31	Reforço	Anulação / Reversão	Saldo Final 2004-12-31
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	140.000	280.294		420.294
	140.000	280.294		420.294
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	3.939	1.463		5.402
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	23.680	1.463		25.143
	163.680	281.757		445.437

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido na rubrica de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Activo Bruto				euros
Rubricas	Saldo Inicial 2004-12-31	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 2005-12-31
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	1.401.602			1.401.602
	1.401.602			1.401.602
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico		2.464		2.464
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	14.633	841		15.474
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	34.374	3.305		37.679
	1.435.976	3.305		1.439.281

Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas				euros
Rubricas	Saldo Inicial 2004-12-31	Reforço	Anulação / Reversão	Saldo Final 2005-12-31
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	420.294	280.320		700.614
	420.294	280.320		700.614
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico		164		164
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	5.402	1.521		6.923
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	25.143	1.685		26.828
	445.437	282.005		727.442

6. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2005 de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

euros

	31.Dezembro.2005		31.Dezembro.2004	
	Impostos diferidos activos	Impostos diferidos passivos	Impostos diferidos activos	Impostos diferidos passivos
Instrumentos Financeiros	47.738		331.251	1.451.964
Anulação de Imobilizações incorpóreas	27.752		185.220	
Diferença entre amortizações económicas e amortizações fiscais		157.879		260.516
	75.490	157.879	516.471	1.712.480

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foi como segue:

euros

	Activos		Passivos	
	31. Dezembro.2005	31. Dezembro.2004	31. Dezembro.2005	31. Dezembro.2004
Saldo inicial	516.471	750.812	1.712.480	2.872.537
Efeito em resultados:				
Anulação de imobilizações incorpóreas	(157.468)	(212.463)		
Homogeneização das amortizações			(102.637)	(120.430)
Valorização de instrumentos financeiros	(283.513)	(21.878)	(1.451.964)	(1.420.573)
(Nota 26)	(440.981)	(234.341)	(1.554.601)	(1.541.003)
Efeito em reservas:				
Homogeneização das amortizações				380.946
				380.946
Saldo final	75.490	516.471	157.879	1.712.480

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado dos ajustamentos de conversão para IAS. Nos casos em que esses ajustamentos originaram impostos diferidos activos, os mesmos só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis.

Em 31 de Dezembro de 2005 existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de 272.436.759 Euros, cujos activos por impostos diferidos não se encontravam registados numa óptica de prudência.

	31.Dezembro.2005			31.Dezembro.2004		
	Prejuízo fiscal	Valor de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Valor de imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2002	85.045.075	23.387.396	2008	91.445.000	25.147.375	2008
Gerados em 2005	187.391.684	51.532.713	2011	-	-	2011
	272.436.759	74.920.109		91.445.000	25.147.375	

7. EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 30)	312.434.192	855.553.195

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e o seu justo valor é aproximadamente idêntico ao seu valor contabilístico.

8. CLIENTES

O montante registado em dívidas de Clientes corresponde a montantes facturados, relativos a Fee's de Gestão e Fee's de Marca, essencialmente a empresas do Grupo Modelo Continente, SGPS, SA .

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Valores devedores:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Imposto sobre o rendimento	6.837.566	4.555.517
	6.837.566	4.555.517

Valores credores:

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Imposto sobre o valor acrescentado	3.504.805	3.846.950
Contribuições para a Segurança Social	5.621	5.484
Retenção de Imposto sobre Rendimentos de Capitais	1.179.635	1.769.165
Outros	238.356	225.641
	4.928.417	5.847.240

10. EMPRESAS DO GRUPO – CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe da rubrica Empresas do grupo era o seguinte:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Empréstimos de curto prazo (Nota 30)	757.119.100	315.395.000
Juros por liquidar	22.678.318	24.453.847
Impostos - RETGS (a)	15.481.200	12.731.377
Outros (b)	4.692	448.183.235
	795.283.310	800.763.459

Valores credores:

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Empréstimos de curto prazo (Nota 30)	64.275.000	508.336.000
Impostos - RETGS (a)	1.561.960	3.024.350
Outros	240	
	65.837.200	511.360.350

a) Imposto do exercício apurado pelas empresas do grupo tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

b) Em 2004, o montante de 448.183.235 euros refere-se a parte do valor a receber em consequência de alienações de participações financeiras a Empresas do Grupo efectuadas durante o exercício de 2002.

O valor contabilístico registado nesta rubrica é equivalente ao seu justo valor.

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe da rubrica Outras dívidas de terceiros era o seguinte:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Outras dívidas de terceiros	2.679.180	3.553.209
	2.679.180	3.553.209

A rubrica de Outros devedores apresenta o montante de, aproximadamente, 2.650.000 Euros relativos a impostos que se encontram reclamados junto das autoridades fiscais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Modelo Continente que o resultado da reclamação efectuada lhe será favorável.

12. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o detalhe da rubrica Outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	75.002.041	2.040
Custos diferidos	53.728	616.990
Acréscimo proveitos	3.024.378	648.625
	78.080.147	1.267.655

A rubrica de Adiantamentos a fornecedores de imobilizado, contém o valor de 75.000.000 Euros referentes a um adiantamento por conta da aquisição de marcas à Sonae S.G.P.S., S.A..

A 31 de Dezembro de 2005, a rubrica acréscimos de proveitos discrimina-se da seguinte forma: (i) 2.689.547 Euros referentes a juros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo; (ii) 184.722 Euros referentes a juros de aplicações de curto prazo e (iii) 150.109 Euros referentes Fee's de Gestão, a debitar no próximo exercício a Empresas do Grupo.

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Depósitos bancários	450.008.364	-
Aplicações de tesouraria	-	45.271.844
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	450.008.364	45.271.844
Descobertos bancários (Nota 15)	(293.292)	(30.490)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	449.715.072	45.241.354

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. O valor de depósitos bancários inclui o valor de 450.000.000 Euros de depósitos a prazo os quais podem ser imediatamente mobilizáveis com maturidade no início de Janeiro.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

14. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2005:

Entidade	%
Sonae, S.G.P.S, S.A.	75,64
Banco Santander Totta, S.A.	22,42

A Sonae S.G.P.S., S.A. é controlada pela Efanor Investimentos S.G.P.S., S.A. e suas Filiais em 56,7%.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa apresentava 90.200.000 Euros (86.000.000 em 31 de Dezembro de 2004) relativos a reservas legais as quais não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizadas para absorver prejuízos fiscais, depois de esgotadas as outras reservas ou incorporadas em capital.

15. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

euros

	31.Dezembro.2005				31.Dezembro.2004			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	161.011.020	1.400.000	161.304.312	2.800.000	1.188.353	2.800.000	1.230.489	2.800.000
Descobertos bancários	293.292				30.490			
Empréstimos obrigacionistas		592.279.778		597.000.000		177.958.653		182.000.000
	161.304.312	593.679.778	161.304.312	599.800.000	1.218.843	180.758.653	1.230.489	184.800.000

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000
Modelo Continente / 2005/2010	265.000.000
Modelo Continente / 2005/2012	150.000.000

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2003
1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.
Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a.
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.
Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2004
10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.
Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a.
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.
Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2005/2010
265 000 obrigações - Valor Nominal: 1.000 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.
Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70%a.a..
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.
Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º cupão de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3ºou 4º ano de vida do empréstimo mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2005/2012
15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.
Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.
Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.
Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.
Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.
Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Empréstimos Bancários – Não correntes

Um empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira no valor de 1.400.000 Euros, com vencimento em 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado.

16. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Outras dívidas a terceiros	37.701	12.980
	37.701	12.980

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica Outros passivos correntes tinha o seguinte detalhe:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Acréscimo de Custos	10.415.180	4.421.413
	10.415.180	4.421.413

A rubrica de "Acréscimo de Custos" inclui fundamentalmente o montante de 666.609 Euros (682.840 Euros em 31 de Dezembro de 2004) referente a remunerações e respectivos encargos a liquidar, bem como o montante de 6.630.286 Euros (2.055.457 Euros em 31 de Dezembro de 2004) relativo a juros a pagar por empréstimos obtidos.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 3.101.925 Euros (1.675.353 Euros em 31 de Dezembro de 2004) relativo a responsabilidades com prémios de desempenho diferidos.
A Empresa, em 2005 e em anos anteriores, concedeu aos seus colaboradores prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos, a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar em substituição de acções o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço da Empresa na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da nota 2.6.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de juro é estimado como segue:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Activos		8.823.291
Passivos	198.293	1.204.549

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados ascenderam a uma perda líquida de 4.248.913 Euros (ganho líquido de 4.474.910 Euros em 31 de Dezembro de 2004) e foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de resultados financeiros.

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de Dezembro de 2005 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

euros

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Imparidade em investimentos	470.413	28.442.000		28.912.413
	470.413	28.442.000		28.912.413

O aumento registado corresponde a uma perda por imparidade na sociedade Modelo Investimentos Brasil, S.A., que foi registado na rubrica da demonstração de resultados do exercício "Resultados relativos a Investimentos" (Nota 25).

20. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Garantias Prestadas:		
por processos fiscais em curso	19.065.102	17.556.249
	19.065.102	17.556.249

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

21. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O montante relativo a prestações de serviços corresponde a montantes facturados por serviços prestados a empresas do Grupo Modelo Continente, SGPS, SA em Portugal.

22. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2005 e 2004 é a seguinte:

		euros
	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Recuperação de encargos (a)	3.557.254	
Outros proveitos operacionais	293.276	5.867.560
	3.850.530	5.867.560

a) Custos assumidos por conta das participadas que são posteriormente redebitados.

A rubrica de Outros proveitos operacionais em 2004 inclui o montante de 3.792.867 Euros relativos à anulação de acréscimos de custos com royalties em resultado de negociações efectuadas no exercício de 2004.

23. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos exercícios de 2005 e 2004 é a seguinte:

		euros
	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Impostos Indirectos	3.637.350	783.592
Serviços Bancários	295.975	1.159.141
	3.933.325	1.159.141

O montante de impostos indirectos suportados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 corresponde, fundamentalmente, a custos com taxas para abertura de lojas de retalho os quais foram posteriormente redebitados às Empresas do Grupo que detêm a exploração dessas novas lojas (Nota 22).

24. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2005 e 2004 têm a seguinte decomposição:

		euros
	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Custos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	2.158.307	3.633.916
relativos a obrigações não convertíveis	10.897.693	5.191.994
outros	7.461.785	14.462.379
	20.517.785	23.288.289
Diferenças de câmbio desfavoráveis		7
Perdas na valorização de instrumentos derivados	6.094.660	441.291
Outros custos e perdas financeiras	1.031.853	1.539.886
	27.644.298	25.269.473
Resultados financeiros	27.231.812	28.046.184
	54.876.110	53.315.657
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	53.030.363	48.399.456
Ganhos na valorização de instrumentos derivados	1.845.747	4.916.201
	54.876.110	53.315.657

A rubrica de Outros custos e perdas financeiras diz essencialmente respeito ao registo de custos com despesas de montagem dos empréstimos obrigacionistas.

25. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

euros

	2005		2004	
	4º Trimestre	Acumulado	4º Trimestre	Acumulado
Dividendos	6.331	16.021.796		20.665.733
Ganhos em investimentos financeiros (Nota 4)	23.191.097	23.196.297		
Perdas em investimentos financeiros (Nota 4)	-293.307.339	-293.307.339		
Perdas imparidade de investimentos (Nota 19)	-28.442.000	-28.442.000		
	-298.551.911	-282.531.246		20.665.733

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Estimativa imposto	(2.400)	(2.869)
Excesso/ (Insuficiência) estimativa	(495.522)	(640.794)
Imposto corrente	(497.922)	(643.663)
Anulação imobilizado incorpóreo	(157.468)	(212.463)
Diferença entre amortizações económicas e amortizações fiscais	102.637	120.430
Instrumentos financeiros	1.168.451	1.398.695
Prejuízos fiscais	15.782.322	10.142.592
Imposto diferido	16.895.942	11.449.254
	16.398.020	10.805.591

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 é como segue:

euros

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Resultado antes de Imposto	(244.105.571)	69.198.351
Taxa de Imposto	27,50%	27,50%
	(67.129.032)	19.029.547
Utilização de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas	-	(24.910.880)
Não Constituição de Activos por Impostos Diferidos relativos a Prejuízos Fiscais	51.532.713	-
Perdas de Imparidade	7.821.550	-
Insuficiência/Excesso de estimativa de imposto	495.522	640.794
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(4.737.549)	-
Efeito de Dividendos não sujeitos a tributação	(4.405.994)	(5.683.076)
Outros	24.770	118.024
Imposto sobre o Rendimento	(16.398.020)	(10.805.591)

27. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

euros

	31. Dezembro.2005	31. Dezembro.2004
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	(227.707.550)	80.003.942
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(227.707.550)	80.003.942
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.100.000.000	1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	1.100.000.000	1.100.000.000
Resultado por acção (básico e diluído)	(0,21)	0,07

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2006, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da Legislação Comercial em vigor em Portugal.

O resultado líquido negativo do exercício foi de 227.707.550,15 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a sua integração na rubrica de Resultados Transitados.

Propõe-se também a distribuição de 55.000.000,00 Euros, a titulo de dividendos, correspondendo a atribuição de 0,05 Euros, a cada uma das 1.100.000.000 de acções representativas do capital social, mediante a utilização de Reservas Livres.

Mais se propõe, a cobertura integral dos Resultados Transitados, com a utilização de Reservas Livres, no montante de 232.071.711,65 Euros.

29. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS "INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS"

A Empresa adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o "IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards", sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor em 1 de Janeiro de 2005 pode ser detalhada como segue:

euros

	1.Janeiro.2004			31.Dezembro.2004		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
ACTIVO:						
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.343.204	(72.510)	1.270.694	716.735	273.804	990.539
Investimentos	1.741.963.574	(528.930.225)	1.213.033.349	2.195.471.837	(856.023.607)	1.339.448.230
Impostos diferidos activos	-	750.812	750.812	-	516.471	516.471
Outros activos não correntes	-	528.439.312	528.439.312	-	855.553.195	855.553.195
Total de activos não correntes	1.743.306.778	187.389	1.743.494.167	2.196.188.572	319.863	2.196.508.435
ACTIVOS CORRENTES:						
Outros activos correntes	933.373.674	(2.787.649)	930.586.025	841.958.784	(7.584.768)	834.374.016
Investimentos	-	149.313.226	149.313.226	-	8.823.291	8.823.291
Caixa e equivalentes de caixa	248.687.423	(136.079.991)	112.607.432	45.271.844	-	45.271.844
Total de activos correntes	1.182.061.097	10.445.586	1.192.506.683	887.230.628	1.238.523	888.469.151
TOTAL DO ACTIVO	2.925.367.875	10.632.975	2.936.000.850	3.083.419.200	1.558.386	3.084.977.586
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	1.100.000.000	-	1.100.000.000	1.100.000.000	-	1.100.000.000
Reservas e Resultados transitados	1.192.290.776	6.487.981	1.198.778.757	1.192.290.776	6.127.535	1.198.418.311
Resultado líquido do período		-		83.437.126	(3.433.184)	80.003.942
Total do capital próprio	2.292.290.776	6.487.981	2.298.778.757	2.375.727.902	2.694.351	2.378.422.253
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	2.292.290.776	6.487.981	2.298.778.757	2.375.727.902	2.694.351	2.378.422.253
PASSIVO:						
PASSIVOS NÃO CORRENTES:						
Empréstimos	86.000.000	-	86.000.000	184.800.000	(4.041.347)	180.758.653
Impostos diferidos passivos	-	2.872.537	2.872.537	-	1.712.480	1.712.480
Total de passivos não correntes	86.000.000	2.872.537	88.872.537	184.800.000	(2.328.867)	182.471.133
PASSIVOS CORRENTES:						
Empréstimos	15.848.679	(11.648)	15.837.031	1.230.489	(11.647)	1.218.842
Outros passivos correntes	531.228.420	1.284.105	532.512.525	521.660.809	1.204.549	522.865.358
Total de passivos correntes	547.077.099	1.272.457	548.349.556	522.891.298	1.192.902	524.084.200
TOTAL DO PASSIVO	633.077.099	4.144.994	637.222.093	707.691.298	(1.135.965)	706.555.333
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2.925.367.875	10.632.975	2.936.000.850	3.083.419.200	1.558.386	3.084.977.586

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

euros

	1.Janeiro.2004	31.Dezembro.2004
Imobilizado corpóreo e incorpóreo	-52.570	201.710
Instrumentos Financeiros	6.286.161	2.619.197
Outros Impostos Diferidos	254.390	(126.556)
	6.487.981	2.694.351

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhado como segue:

euros

	31.Dezembro.2004		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	20.603.424	-	20.603.424
Outros proveitos operacionais	5.792.866	74.694	5.867.560
Total de proveitos operacionais	26.396.290	74.694	26.470.984
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	(1.162.425)	-	(1.162.425)
Custos com o pessoal	(3.381.226)	(1)	(3.381.227)
Amortizações e depreciações	(628.070)	346.313	(281.757)
Outros custos operacionais	(914.776)	(244.365)	(1.159.141)
Total de custos operacionais	(6.086.497)	101.947	(5.984.550)
Resultados operacionais	20.309.793	176.641	20.486.434
Resultados financeiros	32.888.051	(4.841.867)	28.046.184
Resultados relativos a investimentos	20.665.733	-	20.665.733
Resultados Extraordinários	(566.174)	566.174	-
Resultado antes de impostos	73.297.403	(4.099.052)	69.198.351
Imposto sobre o rendimento	10.139.723	665.868	10.805.591
Resultado depois impostos	83.437.126	(3.433.184)	80.003.942

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

euros

	31.Dezembro.2004	4º Trimestre 2004
Imobilizado corpóreo e incorpóreo	254.280	129.946
Instrumentos Financeiros	(3.687.464)	(456.362)
	(3.433.184)	(326.416)

30. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 3318/94 artº 5º nº 4

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2005 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
Modelo Com – Vendas por Correspondência, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
OK Bazar – Comércio Geral, S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Soflorin, B.V.
Sportzone – Comércio e Artigos de Desporto, S.A.
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2005 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Modelo Com – Vendas por Correspondência, S.A.
Modelo Continente - Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modis, S.G.P.S., Lda
OK Bazar – Comércio Geral, S.A.
Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Soflorin, B.V.
Sonae, S.G.P.S., S.A.
Sondis, B.V.
Todos os Dias – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comercias, S.A.

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2005 são as seguintes:

Empréstimos concedidos a Curto e Médio e Longo Prazo (Notas 8 e 10):

EMPRESAS	euros Saldo final
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	133.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	2.166.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	698.000
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	19.815.965
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.158.897
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	407.000
Modelo, S.G.P.S., S.A.	580.022.100
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	3.266.998
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	94.227.000
Ok Bazar - Comércio Geral, SA	12.859.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	11.113.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	28.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	49.592.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	32.773.000
Soflorin, B.V.	202.265.330
Sonae Retalho España, S.A.	466.002
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	6.530.000
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	1.125.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S A.	47.907.000
	1.069.553.292

Estes montantes encontram-se registados de acordo com a sua maturidade nas rubricas do activo corrente (Nota 10) e não corrente (Nota 8).

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 31 de Dezembro de 2005 eram como se segue:

Empréstimos Obtidos a Curto Prazo (Nota 10):

EMPRESAS	euros Saldo final
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	-4.590.000
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, SA	-52.523.000
Infofield–Informática, S.A.	-571.000
Modelo Hiper - Imobiliária, S.A.	-2.193.000
Sonvecap, B.V.	-3.790.000
SRE - Projectos de Consultoria, S.A.	-608.000
	-64.275.000

Matosinhos, 27 de Fevereiro 2006

ORGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Engº Belmiro Mendes de Azevedo - Presidente
Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
Engº Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
Engº Manuel José Ferreira Fontoura
Dr. José Manuel Alves Elias da Costa

FISCAL ÚNICO
Deloitte & Associados, SROC, SA representada pelo
Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves - Revisor Oficial de Contas

FISCAL SUPLENTE
Dr. António Marques Dias - Revisor Oficial de Contas

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Dr. Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro - Presidente
Dra. Alice de Assunção Castanho Amado – Vice - Presidente
Dr. António Manuel Ramos de Oliveira - Secretário

COMISSÃO DE VENCIMENTOS
Sonae, S.G.P.S., S.A. representada pelo
Prof. Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino
Engº Bruno Walter Lehmann

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE
Dra Alice de Assunção Castanho Amado - Secretária
Dra Júlia Maria Moreira da Silva Santos - Secretária Suplente

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem os balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2005 (que evidenciam um total de 2.496.455.057 Euros e 2.987.286.335 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 855.336.144 Euros e 2.150.714.703 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 214.122.570 Euros e um resultado líquido individual negativo de 227.707.550 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. Conforme divulgado nas Notas 2.1 dos Anexos consolidado e individual, a Empresa adoptou, pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas na União Europeia. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – "POC") para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de comparabilidade. Nas Notas 42 e 29 dos Anexos consolidado e individual encontram-se divulgadas as infomações exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

7. A nossa Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria datada de 28 de Fevereiro de 2005 sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 preparadas de acordo com as normas contabilísticas anteriormente adoptadas ("POC"), inclui uma reserva por desacordo quanto ao efeito da política contabilística adoptada para registar as diferenças de consolidação. No processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, referido no parágrafo anterior, a Empresa alterou aquela política tendo os efeitos dessa alteração sido incluídos nos ajustamentos de transição descritos na Nota 42 do anexo consolidado, pelo que aquela reserva deixa de ser aplicável relativamente àquelas demonstrações financeiras reexpressas.

Porto, 27 de Fevereiro de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da
Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa e suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos os Balanços consolidados e individuais em 31 de Dezembro de 2005, as Demonstrações consolidadas e individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos. Adicionalmente procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2005 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a qual contém nos seus parágrafos 6 e 7 duas ênfases.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração o exposto nos parágrafos 6 e 7 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Empresa e ainda aos órgãos sociais e serviços das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 27 de Fevereiro de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
• Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.
" sociedade com o capital aberto ao investimento do público"
Sede: Rua João Mendonça, nº. 529-Senhora da Hora - Matosinhos
Capital Social: 1 100 000 000 Euros
Pessoa Colectiva/Matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto: 501 532 927

EXTRACTO DA ACTA NÚMERO TRINTA E NOVE, DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2006, RELATIVO À APROVAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

1 - Foi aprovada por unanimidade, a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de Administração:

"PROPOSTA

Propõe-se a aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e demais Contas, individuais e consolidadas, do exercício de dois mil e cinco, tal como apresentados".

2 - Foi aprovada por unanimidade, a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de Administração:

"PROPOSTA

O resultado líquido negativo do exercício foi de duzentos e vinte e sete milhões setecentos e sete mil quinhentos e cinquenta euros e quinze cêntimos, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a sua integração na rubrica de Resultados Transitados.

Propõe-se também a distribuição de cinquenta e cinco milhões de euros, a título de dividendos, correspondendo a atribuição de cinco cêntimos, a cada uma das mil e cem milhões de acções representativas do capital social, mediante a utilização de Reservas Livres.

Mais se propõe, a cobertura integral dos Resultados Transitados, com a utilização de Reservas Livres, no montante de duzentos e trinta e dois milhões e setenta e um mil setecentos e onze euros e sessenta e cinco cêntimos.

Matosinhos, 31 de Março de 2006.

A Secretária da Sociedade:

(Drª. Alice da Assunção Castanho Amado)